

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

JESSICA FERNANDA LICHESKI LICHTENBERG

MOVIMENTO FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE (FNL): O
PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE
EM PONTA GROSSA - PR

PONTA GROSSA

2023

JESSICA FERNANDA LICHESKI LICHTENBERG

MOVIMENTO FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE (FNL): O
PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE
EM PONTA GROSSA - PR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do título
de licenciado na Universidade
Estadual de Ponta Grossa .

Orientador: Prof. Dr. Celbo Antonio da
Fonseca Rosas

PONTA GROSSA

2023

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Jessica Fernanda Licheski Lichtenberg, RA:19006502, RG: 104556752, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.

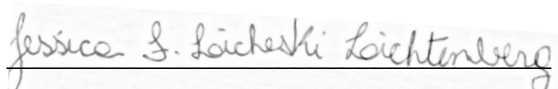
Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 10 de agosto de 2022.



Assinatura do Acadêmico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO
ATA DE DEFESA

Aos 08 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, na sala virtual do *google meet*, reuniuse a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Dr. Celbo Antônio Da Fonseca Rosas (Presidente-Orientador), Dr. Márcio José Ornat (membro) e Maiara Gisele Barbosa Carneiro (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso sob o Título “MOVIMENTO FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE (FNL): O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE EM PONTA GROSSA - PR”, elaborado por concluinte Jéssica Fernanda Licheski Lichtenberg do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguido pelos integrantes da Banca. Após o procedimento da avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado APROVADO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

- 1) Presidente: Dr. Celbo Antônio Da Fonseca Rosas

- 2) Membro 1: Dr. Márcio José Ornat

Professora Membro da Banca Examinadora

- 3) Membro 2: Maiara Gisele Barbosa Carneiro

Ponta Grossa, 08 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso contei com a ajuda de várias pessoas, dentre as quais eu agradeço:

Ao meu professor orientador, Celso Antonio da Fonseca Rosas, por ter aceitado me orientar, mesmo que sem uma ideia concreta de pesquisa. Agradeço também por estar sempre disposto a ajudar, até mesmo nos dias de descanso respondia as mensagens.

Aos meus colegas de curso que ajudaram muito quando surgiam as dúvidas.

Aos professores do curso de Geografia que foram muito importantes para que eu conseguisse concluir esta pesquisa.

A minha família que sempre esteve apoiando e acreditando que eu conseguiria.

Agradeço também ao coordenador Leandro Dias e a todos os moradores da ocupação que sempre foram gentis enquanto estive realizando as entrevistas, aprendi muito com todos que conversei.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte no Bairro Neves, em Ponta Grossa - PR, organizada pelo movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL). Para que isso fosse possível realizou-se um breve histórico do processo de formação do município e Bairro Neves, as políticas públicas habitacionais do município e com base nos autores da Geografia construiu-se relações com o território. O estudo ainda envolveu a realização de análise de movimentos sociais, movimentos urbanos e movimentos socioterritoriais nos quais a FNL se encaixa. A pesquisa se apoiou na técnica de observação e descrição e ainda foram realizados trabalhos de campo e 28 entrevistas na ocupação. E foi diante da insatisfação de parte da população com as políticas públicas habitacionais do município, que surgiu um movimento social, e este contribuiu na conquista do território para muitas pessoas que aguardavam por uma moradia.

Palavras-chave: FNL. movimentos sociais. ocupação. Ponta Grossa.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the process of territorialization of the Ericson John Duarte Occupation in Bairro Neves, in Ponta Grossa - PR, organized by the Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) movement. For this to be possible, a brief history of the formation process of the municipality and Bairro Neves was carried out, the public housing policies of the municipality and based on the authors of Geography, relations with the territory were learned. The study also involved carrying out an analysis of social movements, urban movements and socio-territorial movements in which the FNL fits. The research was based on the technique of observation and description and field work and 28 interviews were carried out in the interview. And it was in the face of the dissatisfaction of part of the population with the public housing policies of the municipality that a social movement emerged, and this contributed to the conquest of the territory for many people who were waiting for a house.

Keywords: FNL. social movements. occupation. Ponta grossa.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa em Pós Graduação em Ciências Sociais

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CMAS - PG - Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa

COHAB - PG - Companhia de Habitação Popular de Ponta Grossa

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná

FNL - Frente Nacional de Luta Campo e Cidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEIs - Microempreendedores Individuais

MST - Movimento Sem Terra

ONG - Organização não Governamental

PAE - Programa de Auxílio Emergencial

PEV - Ponto de Entrega Voluntário

PG - Ponta Grossa

PLHIS-PG - Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ponta Grossa

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PR - Paraná

PROLAR - Companhia de Habitação de Ponta Grossa

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Ponta Grossa.....	4
Figura 2 - Localização do Bairro Neves.....	9
Figura 3 - Localização da Ocupação Ericson John Duarte.....	33
Figura 4 - Sede da ocupação	35
Figura 5 - Problemas sanitários na ocupação.....	36
Figura 6 - Esgoto a céu aberto	37
Figura 7 - Moradia com bandeira do movimento FNL.....	37
Figura 8 - Problemas da ocupação em dias chuvosos.....	38
Figura 9 - Local onde carro ficou atolado.....	38
Figura 10 -Banheiro comunitário da ocupação.....	39
Figura 11 - Contentor para coleta de resíduos sólidos.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gênero dos entrevistados.....	43
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados.....	44
Gráfico 3 - Naturalidade dos entrevistados.....	46
Gráfico 4 - Número de moradores por residência.....	47
Gráfico 5 - Recebe benefício.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocupação dos entrevistados.....	45
--	----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO 1.....	3
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR.....	3
1.1 MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR.....	3
1.2 BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	4
1.3 BAIRRO NEVES.....	9
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS DE PONTA GROSSA	12
1.5 TERRITÓRIO.....	16
CAPÍTULO 2.....	22
MOVIMENTOS SOCIAIS.....	22
2.1 BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.....	22
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	27
2.3 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	28
CAPÍTULO 3.....	31
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
3.1 HISTÓRICO FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE.....	32
3.2 LOCALIZAÇÃO E INÍCIO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO EM PONTA GROSSA.....	32
3.3 ORGANIZAÇÃO E ESCOLHA DO LOCAL DA OCUPAÇÃO.....	33
3.3.1 Escolha do nome da ocupação.....	34
3.3.2 Registros da visita de campo.....	34
3.4 ENTREVISTAS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa, tem por objetivo compreender o processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa - PR, organizada pelo movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade.

Uma vez que a pesquisa envolve um movimento social e suas práticas, tornou-se indispensável a realização de entrevistas com moradores e coordenadores da ocupação, com o intuito de buscar informações a respeito de assuntos que ainda não foram documentados. As entrevistas também possuem o objetivo de fazer com que essas pessoas sejam ouvidas. A escolha pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato de que o estudo não ficaria completo apenas com dados quantitativos. Trata-se de uma análise a respeito do processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte e alguns dados só poderiam ser levantados por meio da pesquisa qualitativa.

As pesquisas foram realizadas na Ocupação Ericson John Duarte no Bairro Neves, entre os dias 04 (quatro) de outubro e 08 (oito) de novembro de 2022. Foram 28 entrevistas distribuídas pela ocupação. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente tiveram seus dados tabelados.

As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário semiestruturado, onde parte das perguntas eram abertas dando possibilidade ao entrevistado de maior flexibilidade de resposta. O questionário aplicado tinha 15 perguntas, algumas com respostas fechadas e outras abertas.

No momento da realização da pesquisa o movimento FNL em Ponta Grossa, contava apenas com a Ocupação Ericson John Duarte, no Bairro Neves, portanto, as entrevistas foram realizadas somente nesse local.

A ocupação feita pelo movimento FNL em Ponta Grossa ocorreu devido a pressão por parte da população em relação ao Estado. O que estava sendo cobrado por essas pessoas era o direito à moradia. A ocupação ocorreu no dia 04 (quatro) de dezembro de 2021, e continua presente neste local desde a publicação desta pesquisa. A ocupação denominada Ericson John Duarte está localizada na Rua Alípio Bueno nº 142, no bairro Neves em Ponta Grossa no estado do Paraná.

No primeiro capítulo foi abordado de forma breve o processo de formação do município de Ponta Grossa e do bairro Neves. Ainda no mesmo capítulo, procurou-se fazer um levantamento das políticas públicas habitacionais do município. Os autores utilizados para a elaboração do capítulo foram os seguintes: De Paula e Monastirski (2001), Matias e Nascimento (2011), Santos (2011) e Löwen (2000 e 2001). O último item deste capítulo é sobre o território, portanto para desenvolver uma discussão a respeito do tema, serão utilizados os seguintes autores: Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Fernandes (2008 e 2013) Medeiros (2009), Fuini (2014) e Saquet (2015).

No segundo capítulo, pretendeu-se discutir a temática movimentos sociais, visto que, a proposta de pesquisa envolve um movimento social. No primeiro item, foram realizadas discussões teóricas com a autora Maria da Glória Gohn (2004, 2000, 2008 e 2011) contextualizando com outros autores, como Charles Tilly (2010). No segundo item a temática trabalhada é a respeito de movimentos sociais urbanos, visto que, o movimento em análise está inserido neste contexto. O último item é a respeito de movimentos socioterritoriais, para que enfim se discuta o próprio movimento que é a FNL.

No terceiro capítulo, serão discutidos os resultados da pesquisa. De início pretendeu-se destacar o histórico da FNL e em seguida os resultados das entrevistas e imagens feitas na ocupação durante os trabalhos de campo.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir dando maior visibilidade a ocupação e ao movimento social FNL.

1. PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR

Esse primeiro capítulo aborda aspectos teóricos e conceituais para a análise do processo de territorialização da ocupação organizada pelo movimento FNL em Ponta Grossa - PR. No primeiro item é realizada a descrição dos aspectos físicos do município de Ponta Grossa. No segundo item, será feito um breve histórico do processo de formação do município, utilizando-se de autores como, De Paula e Monastirski (2001), Matias e Nascimento (2011), Santos (2011) e Löwen (2000 e 2001). No item seguinte, será abordado o Bairro Neves, local onde ocorre a ocupação.

No penúltimo item, serão destacadas as políticas públicas habitacionais que atuam ou atuaram no município e, enfim, no último item o território e o processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte, que será discutido com base nos seguintes autores: Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Fernandes (2008 e 2013) Medeiros (2009), Fuini (2014) e Saquet (2015).

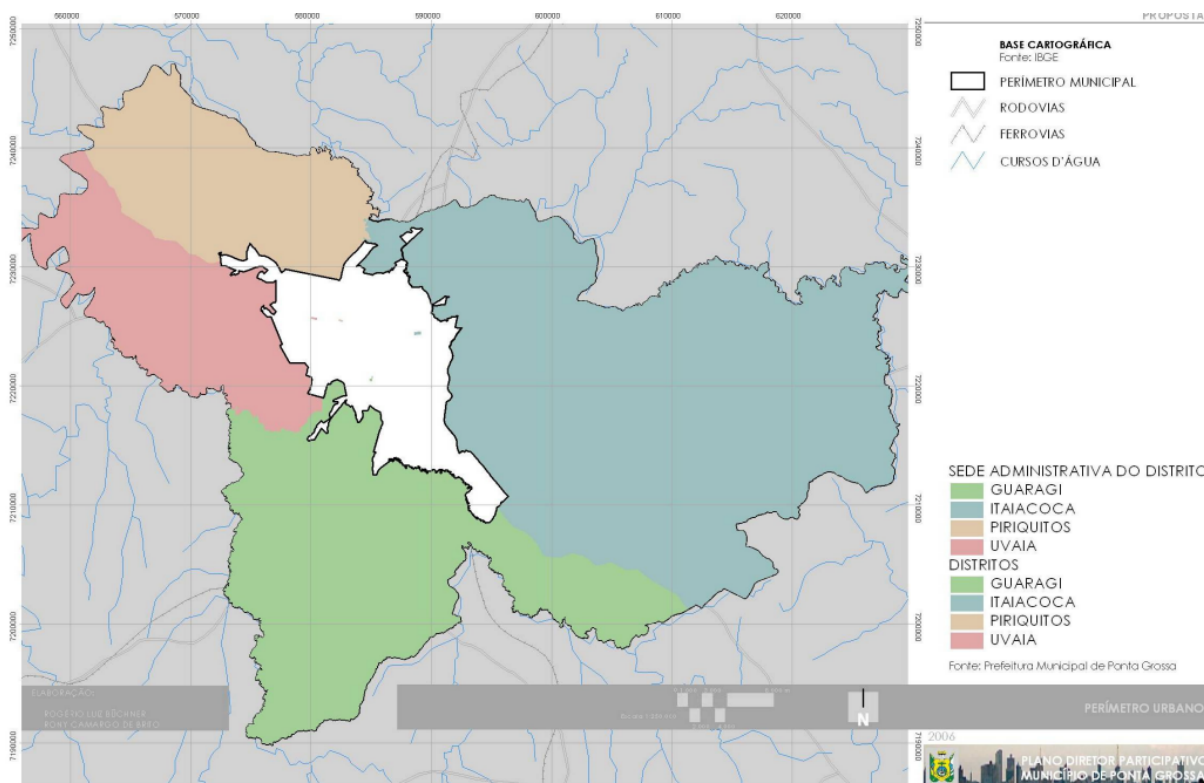
1.1 MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR

O município de Ponta Grossa está localizado na mesorregião Centro-oriental do Paraná, que compreende a região Sul do Brasil. A distância, partindo da área central do município até a capital do estado, é de 118 quilômetros. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2021, a população estimada do município era de 358.838 pessoas, que são distribuídas em uma área de 2.054,732 quilômetros quadrados.

De acordo com MELO e MEDEIROS (2001, p. 110):

Ponta Grossa situa-se na bacia hidrográfica do Rio Tibagi, que tem suas nascentes nas bordas do Segundo Planalto Paranaense. Esse planalto, que constitui um dos degraus do relevo escalonado do Estado do Paraná, apresenta topos nivelados entre 1100 e 800 m, com suave caimento para oeste e noroeste, para onde flui a drenagem regional. O Segundo Planalto é sustentado pelas unidades sedimentares paleozóicas da Bacia do Paraná, com intrusivas básicas mesozóicas associadas.

FIGURA 1 - Delimitação do perímetro urbano de Ponta Grossa



Na figura 1, a área em branco corresponde ao perímetro urbano do município de Ponta Grossa.

1.2 BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Assim como a maioria das cidades e municípios do interior do Brasil, o município de Ponta Grossa teve um processo de formação com diversas modificações ao longo do tempo e que causam consequências na população até os dias de hoje, pois o município não teve sua formação de forma organizada e o resultado desse processo pode ser observado andando pelos bairros da cidade.

Os primeiros registros de sua formação são de meados do século XVIII. Durante esse período a população vivia em sua maioria na área rural do município e essa predominância do rural permaneceu até o final do século XIX.

Conforme De Paula (2001, p.55) Ponta Grossa começa a crescer de forma mais intensa diante do trânsito de tropeiros no município e também devido ao desenvolvimento da pecuária no espaço brasileiro.

Ponta Grossa estava inscrita nesse caminho e era ponto de parada obrigatório para os tropeiros que conduziam o gado até São Paulo. A pecuária se insere, desta forma, na região, deixando a agricultura para um

segundo plano. A atividade criatória, por essa época, era muito mais rentável, além de exigir um contingente de mão-de-obra bem mais reduzido que a agricultura. (DE PAULA, 2001, p. 55)

A partir do processo de consolidação das ferrovias, no século XX a situação começou a mudar. O município passou a utilizá-las como principal meio de transporte de cargas para o escoamento de produção agrícola, e também eram utilizadas para o transporte de passageiros. As ferrovias contribuíram muito para o início da urbanização e melhora na situação econômica da cidade. E é a partir desse período que o município passa a receber um intenso volume populacional na área urbana, iniciando os primeiros traços de crescimento horizontal.

A instalação do complexo da ferrovia em Ponta Grossa determinou a configuração da estrutura urbana da cidade. Entre os anos 1893 e 1920, todas as instalações da rede ferroviária e as linhas de acesso localizavam-se ao longo da periferia da cidade. Com o crescimento da área urbana, que durante a primeira metade do século XX ocorreu principalmente em função da ferrovia, parte da ocupação habitacional aconteceu nas margens das linhas férreas e nas proximidades dos equipamentos da rede, de maneira semelhante a muitas cidades que fazem ou fizeram parte da malha ferroviária brasileira[...] (MONASTIRSKY, 2001, p. 40)

O início da instalação do município de Ponta Grossa foi no ponto de maior altitude. Portanto, até 1910 a maioria das construções eram feitas em torno da capela, onde hoje se encontra a Catedral Sant'ana e o centro urbano principal do município. Atualmente, a região central do município possui diversos comércios e serviços localizados nessa área. Na avenida Vicente Machado, que é umas das mais importantes avenidas da cidade, está localizado o Terminal Central de Transporte Coletivo, o Parque Ambiental, o Shopping Popular ou ainda “Paraguaizinho” e também o shopping Palladium.

Em 1920, a área central apresentou algumas mudanças. De acordo com Nascimento (2008, p. 59), “nesse período na porção central, teve início a derrubada de vários prédios e a construção de outros, mais adequados à finalidade social e produtiva da região da cidade onde se localizam”. Ainda durante os anos 20 a cidade começou a se expandir em direção às estradas de ferro, portanto, a partir desse período teve início a formação de dois grandes bairros de Ponta Grossa. O bairro de Uvaranas, localizado em direção oeste. Atualmente é o bairro que concentra grande parte da população da cidade e é onde fica a atual estação ferroviária de Ponta Grossa. E o bairro de Oficinas, que está localizado em direção sul, é o bairro que até hoje apresenta resquícios da ferrovia, com trilhos ainda

fixados no chão. Segundo Löwen Sahr (2001, p. 26) o Bairro de Oficinas recebeu esse nome devido a grande concentração de oficinas que realizavam a manutenção de vagões e locomotivas e o bairro ainda servia de moradia para as famílias de ferroviários. Também está presente nesse bairro o estádio Germano Kruger que abriga o time de futebol da cidade, o Operário Ferroviário Futebol Clube, que também tem em suas raízes as ferrovias da cidade. Segundo Santos (2012, p. 59):

[...], a valorização do Operário Ferroviário torna-se ainda mais relevante. Por ser fruto das ferrovias, o clube em tela, ainda nos dias de hoje, carrega traços e características que remetem diretamente a memória ferroviária. Assim, o Operário ao fazer parte da simbologia ferroviária, é um dos patrimônios culturais da ferrovia. Portanto, preservar e valorizar o Operário Ferroviário Esporte Clube é também preservar a memória ferroviária.

Nos anos 1930 e 1940 a área central da cidade, abriga em sua maioria, pessoas de classes mais altas e disponibiliza diversos serviços e infraestrutura para esses moradores. Para as pessoas de classes mais baixas, o que restava era recorrer às áreas de periferia, pois, essas pessoas não possuíam renda suficiente para adquirir um imóvel na área urbana. Os imóveis na área central eram bem valorizados devido a localização e a oferta de serviços e os imóveis de periferia eram vendidos por um valor menor, pois ficavam afastados da área central e não possuíam as mesmas comodidades que os moradores da área central do município. Na década de 30 surgiram ainda os bairros Órfãs na região norte, Nova Rússia, na região nordeste e Ronda na região oeste do município. A princípio a intenção da implantação desses bairros, era de atender a demanda residencial, mas foram construídos alguns comércios para atender a demanda local.

No período que compreende os anos 1940 a 1949, no bairro de Uvaranas, são registradas as primeiras construções em terrenos inclinados e também nesse mesmo período tem-se um aumento na população nos bairros Nova Rússia e Órfãs.

Os anos 1950 a 1960, segundo Nascimento (2008, p. 60), ficam marcados na história de expansão urbana do município. Nesse período o espaço urbano cresce de forma rápida, devido ao processo de especulação fundiária.

Ainda nos anos 1960, Ponta Grossa já estabelece as principais áreas de expansão da cidade e apresenta um crescimento populacional. A década ainda registra um aumento das atividades econômicas, principalmente as ligadas ao setor

terciário, que foram sendo instaladas no tradicional centro urbano do município. Outro local que passa a se expandir nos anos 60 é o bairro da Nova Rússia com destaque para as principais vias, a avenida Ernesto Vilela e a avenida Dom Pedro II. A região do bairro Oficinas cresce com a chegada de grandes indústrias, principalmente próximo a Avenida Visconde de Mauá e o bairro de Uvaranas apresentou um crescimento mais lento durante esse período.

A modernização da agricultura na região nucleada por Ponta Grossa, e no estado, desencadeou uma profunda transformação social no espaço rural, sobretudo nos anos 1970, dando origem a um maciço deslocamento populacional do campo para as cidades de porte mais elevado. (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p. 78).

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por um forte processo de construção de conjuntos habitacionais. O Residencial Monteiro Lobato, construído nesse período, era um conjunto habitacional de edificações verticalizadas, onde foram ocupados por moradores de classe média. No mesmo período foram construídos os conjuntos habitacionais 31 de Março, no bairro Neves e Santa Paula I que se encontram no bairro Contorno, estes destinados à população menos favorecida da época.

De 1970 até 1990 a região central do município continuava fortemente povoada, mas com as construções de novos edifícios residenciais e conjuntos habitacionais em áreas afastadas do centro da cidade, ocorreu um processo de dispersão dessa população. Ainda durante o período foram sendo construídos vários outros conjuntos habitacionais menores, loteamentos e também se registra um aumento na ocupação de loteamentos já existentes na periferia da cidade.

Segundo Löwen Sahr (2000, p. 16), a partir da década de 70, começam a ser construídos os primeiros conjuntos habitacionais verticais em áreas de periferia do município de Ponta Grossa:

1. Na década de 70 foi construído o primeiro agrupamento deste tipo. Trata-se do conjunto Monteiro Lobato com 33 blocos, localizado no bairro Jardim Carvalho ao norte da cidade.
2. Nos anos 80 surgem o Conjunto Raul Pinheiro Machado com 13 blocos, também localizado no bairro Jardim Carvalho, e o Conjunto Acácia com 18 blocos, o qual foi construído no bairro Colônia Dona Luísa na periferia sul.
3. Nos anos 90 acrescenta-se um quarto grande agrupamento de edificações verticais: o Conjunto Antares no bairro Cará-Cará (periferia sul) com 25 blocos. Dois outros conjuntos, o Residencial Lagoa Dourada (12 blocos) em Uvaranas (leste) e o Residencial Monte

Bello (17 blocos) na Colônia Dona Luísa (periferia sul) encontram-se ainda em construção.(LÖWEN, 2000, p. 16).

Nascimento (2008, p. 80), relata que os conjuntos habitacionais construídos no final da década de 80 foram sendo entregues com o mínimo de infraestrutura, quase sempre sem redes de esgoto, asfalto, galerias pluviais, transporte público e equipamentos de uso coletivo . Ainda segundo Nascimento (2008, p. 81) é possível perceber a exclusão dos moradores que ali foram se instalando.

[...] constata-se, para os anos noventa, uma intensificação dos fenômenos já evidenciados na década anterior. Destacam-se, cada vez mais, adensamentos pontuais periféricos em virtude do surgimento de novas favelas e do crescimento das já existentes, da construção de populosos núcleos habitacionais (Nossa Senhora das Graças, Santa Marta, Rio Pitangui I, II e III, Jardim Baraúna, Araucária e Verona) e, também, de conjuntos de edificações verticais (Acácia II, Antares, Lagoa Dourada e Monte Bello). (LÖWEN SAHR, 2001, p. 20)

Nos anos 2000 a 2007 foram registradas quedas nas construções de novas moradias no município de Ponta Grossa. Segundo o documento PLHIS-PG descreve a situação do município nos anos 2000, em Ponta Grossa o déficit habitacional era de 5.901 unidades, sendo 5.852 unidades (95%) na área urbana.

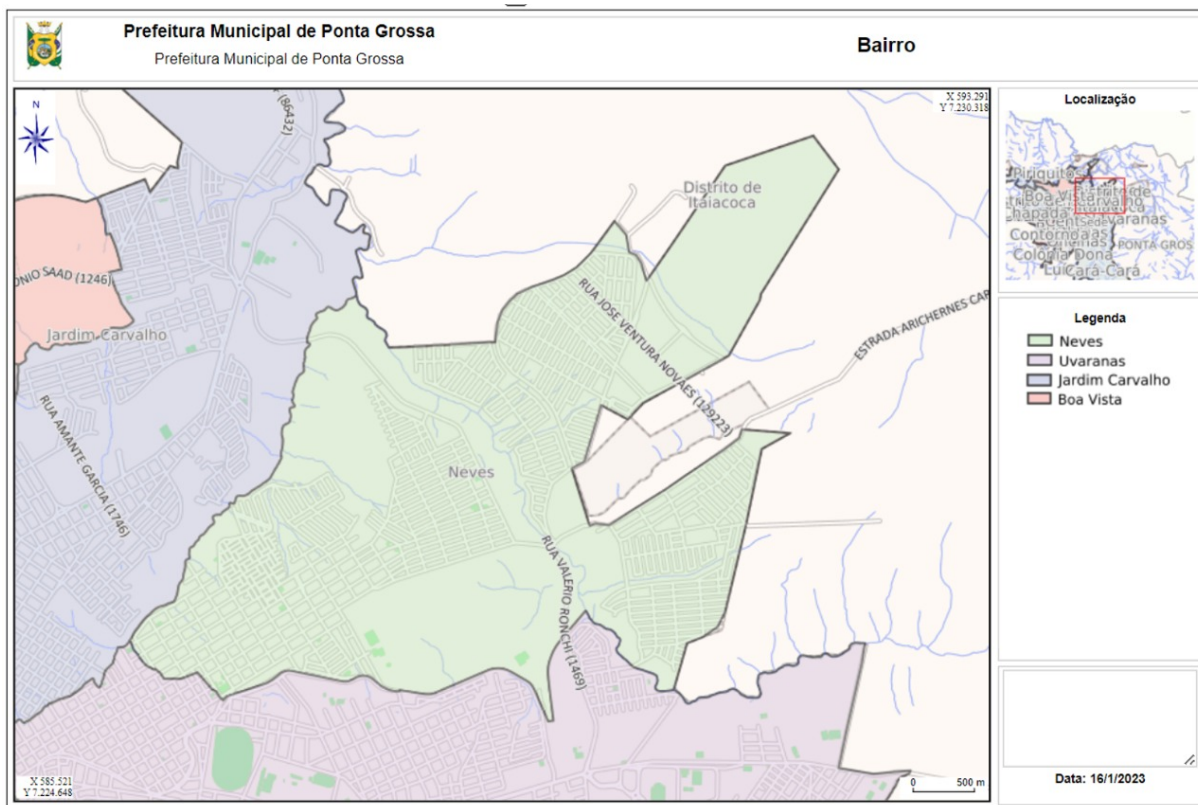
Conforme aponta o mesmo documento que, o Censo Democrático do ano de 2000 “ identificou 626 domicílios rústicos, todos na área urbana, e 106 domicílios improvisados em Ponta Grossa, sendo aproximadamente 96 na área urbana”. (PLHIS-PG, 2011, p.33)

Nos últimos anos, segundo o IBGE, a população pontagrossense aumentou e houve a necessidade de construção de novas moradias. No entanto, segundo a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), que é o órgão responsável por produzir moradias para a população de baixa renda em áreas urbanas, o déficit habitacional de Ponta Grossa chega a 23.656 unidades, sendo 165 cadastros para domicílios rurais.

1.3 BAIRRO NEVES

O local onde ocorreu a ocupação fica na região norte do município de Ponta Grossa e compreende o perímetro urbano da região. Como mostra na figura 2.

FIGURA 2 - Bairros Neves em Ponta Grossa



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Segundo o Censo 2010, cerca de 22. 211 pessoas habitavam a região do Bairro Neves nesse período. Sendo 51.98% da população do bairro composta por mulheres e 48.02% de homens.

A Ocupação Ericson John Duarte está localizada na Rua Alípio Bueno número 142, no Bairro Neves, ao lado do Parque dos Sabiás e próximo à Avenida Siqueira Campos, em Uvaranas.

De acordo com uma reportagem realizada em 07 de dezembro de 2021 pelo jornal DC MAIS, o bairro Neves no século XIX era chamado de Colônia Otávio e que teriam sido instaladas 16 núcleos colônias no local. Um dos núcleos instalados nessa época foi o Núcleo Rio Verde.

A origem do nome Neves para o bairro (DC MAIS, 2021) foi em homenagem a um dos donos de terras com chácaras, que mais tarde foram substituídas por moradias. Em 1724, os padres jesuítas foram uns dos primeiros a se fixar nesta região, só que um pouco mais distante. Nos séculos XVIII e XIX, as terras do bairro Neves eram de posse dos sesmeiros. No entanto, no final do século XIX, imigrantes russos e alemães ocuparam a região, financiados pela Província do Paraná. Foi

nessa época que a região recebeu a estrada de ferro, no mesmo traçado já estabelecido como antigo caminho das tropas, visto que as propriedades eram usadas como abrigo durante o inverno para as tropas de muares que passavam pela região.

Nos anos 1960 a região norte do município que é o local onde se encontra a ocupação, cresceu de forma bastante lenta, no entanto, se tem registros de que com a implantação do conjunto 31 de Março a vila passou a abrigar muitas pessoas e com isso alterou o crescimento do local. (GOMES, 2009, p. 37).

Nos anos 1970, segundo Matias e Nascimento (2011, p.) as pessoas que possuíam maior renda acabaram se instalando no centro da cidade e em bairros próximos, como bairros órfãs, Jardim Carvalho e bairro Estrela. No entanto, a população menos favorecida acabou sendo empurrada para regiões com pouca infraestrutura.

Na década de 1990, a região norte do município passou a receber diversas atividades econômicas, algumas metalúrgicas, cooperativas e de transportes. As habitações construídas próximas a essas atividades, passam a ser consideradas habitações de interesse social, as habitações que prevaleceram foram as construídas pela PROLAR e COHAPAR. (GOMES, p. 113).

O bairro se caracterizou por ser um local que cresceu muito nos últimos anos, no que diz respeito à população. Esse crescimento se deu por meio da implantação de novas vilas, como o Costa Rica, Jardim Londres e Jardim Panamá. Residenciais criados através de programas de moradias populares, como o Minha Casa Minha Vida. De acordo com uma notícia publicada no site da prefeitura de Ponta Grossa, no dia 21 de maio de 2015, “os residenciais Costa Rica I, II e III, tratam-se de 1.127 oportunidades de moradia executadas no bairro de Uvaranas, através da parceria firmada entre Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Governo Federal, no Programa Minha Casa Minha Vida”. As famílias que receberam moradia nos residenciais citados, eram de baixa renda e aguardavam na lista da PROLAR. No ano de 2015, segundo a notícia, os residenciais encontravam-se em processo de finalização.

Segundo Nascimento (2008, p. 76), parte do Bairro Neves atualmente abriga residenciais das camadas de alta renda, como as localizadas na Vila Jardim Florença. Segundo Nascimento (2008, p. 76) a região conta com “luxuosas residências unifamiliares, de ampla metragem quadrada, e têm como principal

atributo a acessibilidade ao centro principal, pois são dotados de um sistema viário eficiente[...]”. Nascimento (2008, p. 98) afirma que, com base em estudos realizados no município de Ponta Grossa, o Bairro Neves apresenta “boas” condições de vida.

Atualmente (DC MAIS, 2021) o bairro Neves possui muitas vilas, uma delas é a 31 de Março, um dos primeiros conjuntos habitacionais do município, inaugurada no ano de 1969 e desenvolvida para atender a classe média. Uma vila bastante completa, onde percebe-se que possui calçamento, iluminação, posto de saúde, segurança, escola, igrejas e comércios. O que chama atenção hoje em dia é a largura de suas ruas, onde não é possível a passagem de mais de um veículo por vez.

Gomes (2009, p. 113), afirma que:

As adaptações pelas quais a sociedade ponta-grossense teve que passar não são fruto apenas das políticas públicas locais. As decisões de cunho político e econômico, adotadas em âmbito nacional refletirão substancialmente em nível local. Essa influência é sentida hoje, mais do que em outros períodos, devido ao seu caráter estrutural globalizante.

As políticas locais influenciam muito no que o município vem passando ao longo dos anos. No entanto, não são somente essas políticas locais que determinam as consequências futuras do município, mas sim, o conjunto de políticas locais e nacionais.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS DE PONTA GROSSA

Segundo Gomes (2009, p. 47) após 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha por objetivo solucionar problemas habitacionais no país, tratava-se de uma instituição autônoma para o financiamento de habitações populares. Durante esse período houve a construção do núcleo habitacional 31 de Março, no bairro Neves.

Mais tarde, segundo Gomes (2009, p. 48)

Com a realização de um plano diretor em 1967, Ponta Grossa passou a ter possibilidades de planejar o desenvolvimento da cidade, atrelando a recuperação social através do crescimento econômico local. O possível plano de habitação popular proposto no plano diretor não alcançou seus objetivos, já que o processo de favelização e construção de habitações de baixa qualidade persistem até os dias de hoje.

Ações realizadas pelo Estado, na construção de habitações para famílias de baixa renda, acabaram beneficiando uma parte da população, através da

incorporação de glebas rurais ao espaço urbano. O conjunto 31 de Março foi o maior e apresentava um total de mil casas construídas. (GOMES, 2009, p. 50).

A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), foi criada em 14 de maio de 1965, e tinha por objetivo produzir habitação para a população de baixa renda nas áreas urbanas do município. A companhia trabalha com o Governo Federal, prefeituras e demais órgãos estaduais, além da iniciativa privada. Os projetos realizados pela companhia são destinados a pessoas que estão adquirindo o primeiro imóvel, que não estejam enquadradas em nenhum outro programa habitacional do Governo do Estado do Paraná ou Governo Federal, que tenham renda de até três salários mínimos e que não possuam restrições de crédito. O programa também oferece um subsídio de até 15 mil no valor de entrada do imóvel. Portanto, para as pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade fica difícil adquirir um imóvel com essas condições exigidas pelo programa. Na região de Ponta Grossa, segundo Gomes (2009, p. 48) “as ações eram efetuadas pela Companhia de Habitação Popular de Ponta Grossa (COHAB - PG), criada em 22 de maio de 1969.”

Com o intuito de diminuir o déficit habitacional da população do município foi criada a PROLAR (Companhia de Habitação de Ponta Grossa). A PROLAR iniciou suas atividades no dia 13 de setembro de 1989, o órgão era responsável por gerir a política habitacional do município. Segundo Gomes (2009, p. 98) “essa nova fase da política habitacional no Brasil coincidiu com a presença do empresário e político Pedro Wosgrau Filho na cadeira de prefeito no início da década de 90”. Em 1992, houve a reorganização na estrutura de uso do solo urbano e a criação de um novo plano diretor, porém nos anos seguintes, não foi cumprido em sua totalidade. (GOMES, 2009, p. 99-100).

Segundo a PROLAR, durante os anos que atuou na cidade conseguiu atender em torno de 20 mil famílias. Sendo 41 Conjuntos Habitacionais, 14 Condomínios Sociais e 32 loteamentos.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS - PG) do município de Ponta Grossa é um conselho colegiado que possui vínculo com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Foi criado através da Lei Municipal 5.372 de 26/12/1995, alterada pela Lei 10.075 de 17/11/2009. CMAS - PG é amparado por diversas leis, decretos e portarias. O conselho tem por objetivo promover a gestão

participativa e democrática por meio da representação de vários segmentos da sociedade que buscam a análise e discussão de propostas que promovam condições de acesso à moradia digna para a população que vive em situação precária.

O principal documento que auxilia o CMAS - PG é a Constituição Federal de 1988. O documento conta com dois artigos fundamentais para elaboração de programas e projetos assistencialistas. O primeiro é o artigo 203, onde se coloca, que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

O segundo artigo da Constituição de 1988 que contribui para a elaboração de políticas públicas no município é o artigo 204:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Um importante documento que contribuiu na construção de políticas públicas do município é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esse documento foi publicado no ano de 2004 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha na época como Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Patrus Ananias de Souza.

O PNAS apresenta as diretrizes para a concretização da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Permite ainda a melhoria e ampliação de políticas assistencialistas em vigência no país, respeitando as diferenças de cada região.

O LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), que deu origem ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). Essa lei serve de amparo a pessoas que não conseguem comprovar que não possuem renda.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ponta Grossa – (PLHIS-PG) foi um documento criado no ano de 2001, durante o mandato do prefeito Pedro Wosgrau Filho. O documento foi elaborado por uma equipe técnica, membros da PROLAR, integrantes do núcleo de acompanhamento do PLHIS, Conselho Gestor do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Ponta Grossa e por uma equipe de consultoria e planejamento.

O PLHIS-PG é um documento bastante extenso, mas que tem por objetivo a construção de uma proposta para reverter o quadro habitacional do município. No ano de 2011, PLHIS-PG realizou uma projeção, onde estima que em torno de 9.454 famílias estejam sujeitas a viver sem moradia adequada no ano de 2021.

Além desses documentos o CMAS - PG está amparado por vários outros guias e leis que colaboram com a assistência social do município, lembrando que o direito à moradia é um direito constitucional.

Segundo uma reportagem do jornal Periódicos UEPG, publicada no dia 14 de novembro de 2020. Os programas habitacionais do município não entregavam nenhuma nova moradia há quatro anos. E que no ano de 2020 cerca de 7 mil famílias vivem em ocupação irregular ou área de risco no município.

A ocupação é uma forma que os movimentos, como a FNL usam para chamar a atenção do poder público para uma situação irregular. Nesse caso um terreno que não estava tendo sua devida função social. A função social da propriedade é descrita no Inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Onde a

propriedade deve estar além de apenas atender aos interesses do proprietário, ela deve atender a necessidades e interesses da sociedade.

Com base no que foi exposto é possível perceber que existem programas e entidades que foram desenvolvidas para atender às questões habitacionais do município. Porém, é necessário que se investigue os motivos pelos quais esses programas não estão sendo suficientes para atender a demanda habitacional do município, visto que, a ocupação Ericson John Duarte se deu por meio da insatisfação popular perante a falta de retorno sobre os pedidos de moradia e ainda à espera, que para alguns já durava mais de 10 anos.

Schimanski (2007) verificou que, no município de Ponta Grossa, muitas vezes o poder municipal não atende a demanda popular e atende aos interesses da alta sociedade, pessoas influentes que fazem parte da história do município.

Historicamente, o controle político da cidade esteve centrado na mão de famílias históricas, que remontam a formação da sociedade ponta-grossense no século XIX e que se projetam no cenário político local ao longo de sua história. Esse fato está intimamente relacionado à estrutura de desenvolvimento econômico brasileiro ligado à atividade tropeira e a formação de grandes propriedades rurais no interior do Brasil, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX. (SCHIMANSKI, 2007, p. 89).

Esse posicionamento do poder público local, pode ser visto na questão de moradia em Ponta Grossa, em que, para atender interesses da iniciativa privada, houve a venda de áreas públicas da PROLAR que seriam destinadas a programas de habitação popular, e ainda, em meio a dificuldade de se conseguir uma moradia através dos programas do município a Companhia foi extinta. Essa situação acabou deixando muitos sem saber o que fazer, pois a espera por uma habitação já era grande e as pessoas, em sua maioria, já viviam em condições precárias de moradia.

A extinção da PROLAR foi realizada através da lei Nº 14.229, de 05 de maio de 2022. A lei retira a responsabilidade da Companhia e a entrega ao município, que sendo assim, passa a atender os contratos e obrigações que eram realizados pelo órgão.

Diante desse fato, o movimento FNL do município de Ponta Grossa, resolveu chamar a atenção do poder público perante as dificuldades enfrentadas pelos munícipes que aguardavam há anos na fila da PROLAR e tiveram dificuldades ainda maiores com a chegada da pandemia de COVID-19 que se instalou no mundo. Segundo a PROLAR cerca de 15 mil famílias aguardavam na fila por uma moradia no ano de 2020.

Durante o período de pandemia muitos trabalhadores perderam seus empregos, e isso fez com que não conseguissem mais pagar as contas, inclusive o aluguel. E essas pessoas acabaram indo morar em casas de parentes, invasões, áreas de risco em encostas ou à beira de arroios, por exemplo. As situações apresentadas são relatos dos próprios moradores da Ocupação Ericson John Duarte.

Foram criados programas de caráter emergencial para tentar amenizar a situação das pessoas prejudicadas, mas esses programas não foram suficientes para conter a desigualdade social que ficou ainda mais evidente durante a pandemia.

De acordo com o portal Dcmmais (2021) o auxílio emergencial concedeu pagamentos mensais a desempregados, informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e mães solteiras. E em Ponta Grossa o programa beneficiou cerca de 101.748 pessoas, em média 28,6% de toda a população da cidade, ou ainda 1 a cada 4 habitantes.

1.5 TERRITÓRIO

É importante discutir o território através deste estudo, para que se compreenda as disputas e conflitos que envolvem o tema. Fica evidente no decorrer da pesquisa que há um território que é disputado por grupos com diferentes interesses. Ainda é importante destacar o que é o processo de territorialização que, inclusive, se encontra no título da pesquisa.

Muitos autores trabalham o conceito de território, cada um de uma forma e seguindo alguma vertente, no entanto, para esta pesquisa os autores utilizados serão: Fernandes, Fuini, Haesbaert, Medeiros, Raffestin e Saquet.

O território é um conceito que não é trabalhado somente na Geografia. O conceito de território também pode ser interdisciplinar, trabalhado por exemplo na Biologia. Segundo Fernandes (2008, p.198) o território tornou-se um conceito bastante utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Mas, para essa pesquisa o conceito de território que será adotado é o geográfico.

O território é um tema discutido por meio de diversos autores, a maioria acaba envolvendo em sua definição as relações de apropriação, poder e de controle, de acordo com a dinâmica em que o contexto está inserido. Podendo estar relacionado em diferentes aspectos, como por exemplo na esfera política, econômica e também cultural. O território ainda compreende diferentes formas de compreensão e manifestação individual e coletiva, seja ela de um Estado, um grupo cultural, uma atividade econômica ou ainda através das classes sociais, portanto o território é bastante diverso e diante disso segundo Fernandes (2008, p. 199) “às diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios.”

HAESBAERT (2004, p.1) compreende o conceito da seguinte forma:

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Para Haesbaert o território assume mais de um sentido e ao mesmo tempo envolve as relações de poder entre as diferentes classes sociais.

Fernandes (2008) discute o território através de duas concepções distintas:

[...] a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais[.]

Para Medeiros (2009, p. 217), "o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável." Já para Fuini (2014, p. 226) o território é visto “como um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica, constituindo o edifício dessa ciência desde que ela se consolida em termos oficiais e institucionais, a partir do século XIX”.

Saquet (2015, p.25) destaca a importância das relações de poder presentes em nosso dia a dia para compreender o território. “Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, nas igrejas...”. Assim como pode ser observado na ocupação em análise, as relações de poder estão presentes o tempo todo.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008) espaço e território podem ser difíceis de diferenciar, pois são muito parecidos. No entanto, há um elemento que os difere, que é a apropriação. O espaço está relacionado com tudo que existe e o território é o espaço que foi apropriado.

Diante da concepção de Fernandes pode-se compreender o processo de ocupação do local, pelo movimento FNL, que faz parte do estudo desta pesquisa. Anteriormente, a área era apenas um espaço, mas a partir do momento em que passou a ser ocupada tornou-se um território. Essa interação de relações sociais e ideias produziram o território da ocupação Ericson John Duarte.

Para Raffestin (1993, p.158) a territorialidade não está ligada somente na relação do ser humano com o território. Ela se baseia na perspectiva de multidimensionalidade, pois reflete a relação social vivida pelos seres humanos.

A territorialidade da ocupação Ericson John Duarte, pode ser observada no momento em que um grupo de pessoas que lutam por algo em comum, que nesse caso era a moradia, estabelecem relações e essas relações são refletidas no local que foi ocupado. A área, antes desocupada e sem sentido, passa a ter uma função e um sentido para aqueles que as desfrutam.

Um outro conceito importante que deve ser tratado e que se encontra no título da pesquisa é a territorialização. A territorialização está ligada ao processo de construção ou criação de novos territórios por meio da apropriação. Segundo Haesbaert (2014, p.6) “a mobilidade é um componente central e indissociável dos processos de territorialização”. Para Fuini (2014, p. 231) “a territorialização ou reterritorialização, seria o movimento de se construir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade”. Um exemplo de territorialização é na ocupação em análise nesta pesquisa. O movimento FNL ocupa o local, define um cotidiano e cria um sistema de relações com a ocupação Ericson John Duarte por meio da luta por moradia digna.

A desterritorialização segundo Fuini (2014, p. 231) “em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento”.

Fernandes (2013, p.55) promove uma discussão a respeito do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Segundo o autor esses processos geográficos são gerados por meio de conflitos e coloca ainda que a

“conflitualidade é o processo de enfretamento perene que explicita as contradições e as desigualdades do sistema capitalista, demonstrando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e políticos, a respeito do controle do desenvolvimento” (FERNANDES, 2013 , p. 55)

Segundo Fernandes (2008, p.201) “O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.”

De acordo com Haesbaert (2014, p.2) “Territórios, para nós, portanto, estão “em disputa” tanto no sentido político mais concreto quanto no nível conceitual”.

A disputa territorial presente na pesquisa é entre poder público e moradores que aguardavam por uma moradia digna na lista da PROLAR, órgão que era responsável por gerir as demandas habitacionais populares no município. As disputas por território também estão presentes entre os próprios moradores da ocupação, pois algumas pessoas se instalaram no início da ocupação, que foi no dia 04 de dezembro de 2021, e portanto, conseguiram terrenos maiores e os que se instalaram após esse período, acabaram ficando com espaços menores.

O território que destacamos na pesquisa é aquele produzido por meio das relações sociais e também que é definido por meio de conflitos.

Fernandes (2008, p.10) divide o território em três tipos: o primeiro, o segundo e o terceiro território. O primeiro território trata-se do espaço de governança da nação. Neste primeiro território também são constituídos outros territórios que são produzidos pelas classes sociais e organizados em diferentes escalas. A análise dessa tipologia de territórios é importante para saber que território está sendo citado nesta pesquisa.

O segundo território que Fernandes (2008, p.12-13) sugere, trata-se da propriedade. Podendo ser, a propriedade particular ou ainda comunitária, essas propriedades também podem ser definidas pelo seu valor de uso e de troca. Diante dessa perspectiva, o segundo território seria uma parte do primeiro território. Nesse território são formadas as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas. São os territórios capitalistas e não capitalistas que produzem as disputas e conflitos por território. As disputas por território na área urbana podem ter várias origens, podendo ser por meio da luta de movimentos sociais por moradia, como é o caso da ocupação em análise. A propriedade também pode assumir diferentes tipos de usos, por exemplo, no campo

ela pode ser utilizada como moradia e também como meio de obter renda, com o plantio. Enquanto que na cidade, na maioria das vezes serve apenas como moradia.

E o terceiro território de Fernandes (2008, p.14) trata-se do território formado por meio de relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. O autor aponta esse território como sendo fluxo, enquanto que o primeiro e segundo territórios seriam os fixos. E este está relacionado às formas de usos do território. A circulação de mercadorias é um exemplo do terceiro território, cada dia mais é possível notar essa interação entre países e isso faz com que sejam estabelecidas as relações ou que gerem os conflitos.

Um último território citado por Fernandes (2008) é o território imaterial. O território imaterial “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações.” (FERNANDES, 2008, p.15).

O território imaterial, diferente dos territórios citados anteriormente, é estabelecido por meio de ideias, pensamentos e intenções. E é por meio do território imaterial que se compreende o material que é o primeiro, segundo e terceiro território. O Movimento FNL, organizou o processo de ocupação do território por meio de ideias e pensamentos diversos até conquistar o local de fato.

Haesbaert (2014, p. 6) discute o território e as relações de poder através de diferentes escalas. O autor ainda trabalha uma dimensão de território que ele chama de “ilógica” onde não se sabe ao certo que se o processo de territorialização que está em jogo, são momentos marcados por processos de desordenamento ou ordenamento de um espaço. A ocupação Ericson John Duarte pode ser encaixada nessa lógica, quando ocorreu a ocupação da área, houve confronto entre os que ali se instalaram e a polícia local, causando uma espécie de confusão, onde não se sabe ao certo a quem aquele território pertence.

Haesbaert (2014, p. 7) também trabalha com duas lógicas espaciais, chamando-as de dominância zonal e de dominância reticular. A dominância zonal é composta por três elementos: os nós, fluxos e as malhas. Uma característica da dominância zonal é que os limites entre interior e exterior devem ser estabelecidos de forma mais clara, como a colocação de muros e cercas. E a dominância reticular que está ligada com a organização espacial de territórios-rede.

Portanto, é importante destacar como as relações de poder que são estabelecidas ao longo do tempo passam a compor os territórios. Os espaços são apropriados e produzidos por meio de lutas ou então disputas, como a da ocupação

Ericson John Duarte, onde o Movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, organizou a ocupação a partir da insatisfação popular diante da precariedade de políticas habitacionais no município de Ponta Grossa.

No Brasil, cotidianamente, são travados embates pelo acesso e permanência nos territórios, rurais e urbanos. Populações indígenas, quilombolas, em situação de rua, sem teto, sem terra, residindo em favelas, ocupações irregulares, são alguns exemplos da resistência e luta pela função social da cidade e acesso à terra. (MUNHOZ, 2015, p. 49).

Sendo assim, no próximo capítulo será evidenciado a importância dos movimentos sociais em meio às disputas territoriais, com destaque para os movimentos urbanos, ao qual pertence o movimento FNL que está em análise nesta pesquisa.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

O segundo capítulo aborda o histórico dos movimentos sociais no Brasil, com base em discussões teóricas da autora Maria da Glória Gohn (2000, 2004, 2011) contextualizando com outros autores, como Charles Tilly (2010). De início será discutido o histórico dos movimentos sociais no Brasil. No segundo item, será feito um resgate da questão dos movimentos sociais urbanos no Brasil, no qual se insere a FNL. E no último item a questão que será trabalhada é referente aos movimentos socioterritoriais, utilizando o autor Fernandes (2008 e 2013) que muito contribuiu para esta discussão.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.

Um movimento social pode se desenvolver em diferentes espaços da sociedade e pode servir para organizar e conscientizar a população. Um exemplo que pode ser citado, são os chamados movimentos estudantis, onde alunos se organizam e se manifestam, seja na escola ou em frente a espaços públicos, em prol de algo em comum. As reivindicações desses alunos podem ser por melhores condições no ambiente escolar, por questões raciais e até mesmo pelo próprio conteúdo trabalhado em sala.

Gohn (2000, p. 14) destaca que os movimentos sociais não são sempre harmoniosos e homogêneos. O que pode ser compreendido diante do exposto é que existem brigas e desacordos entre os membros de um movimento. Mesmo partilhando interesses comuns, às vezes podem surgir conflitos internos.

Segundo Maria da Glória Gohn (2004, p.242), o movimento social “sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico”. Porém, existe uma multiplicidade de teorias sobre o que é o movimento social e não existe uma perspectiva geral e única para esta definição.

Segundo Tilly (2010, p. 137):

O que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos. Mesmo que alguns entusiastas se dediquem dia e noite ao movimento, o grosso dos participantes se move alternadamente entre a apresentação de demandas públicas e outras atividades, incluindo o trabalho cotidiano de organização que sustenta uma campanha.

Gohn (2000, p. 13) define movimentos sociais, como sendo:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

De acordo com Gohn (2004, p. 245) para identificar um movimento social, é necessário analisar quatro parâmetros mínimos. “O primeiro grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum”. Por exemplo, não ter teto para morar é um atributo que qualifica e compõe um grupo e dá a ele objetivos comuns para tal ação. Outro parâmetro utilizado pela autora diz respeito ao uso ampliado da expressão. “Designa-se como movimento a ação histórica dos grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora”. O

terceiro parâmetro segundo Gohn está relacionado “entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito”. Protestos, sejam eles pacíficos ou não, rebeliões, invasões. A última diferenciação refere-se ao espaço onde ocorre a ação coletiva. Esse espaço não deve ser institucionalizado, pois a partir do momento que envolve alguma instituição, pode tornar-se uma ONG, por exemplo. Esse parâmetro não deve ser generalizado, pois existem diversos movimentos que se articulam com alguma instituição, como será destacado mais adiante.

De acordo com Tilly (2010) os movimentos sociais articulam três tipos de reivindicações. A primeira reivindicação é a de programa, onde se propõe o apoio ou oposição às ações do movimento. A segunda reivindicação é a de identidade, que é constituída através da força coletiva a ser enfrentada. A terceira e última reivindicação é a de posição se caracteriza por identificar situações similares com outros atores políticos. Um exemplo para a reivindicação de posição é se identificar com as minorias ou ainda com grupos políticos.

“Desde os tempos do Brasil colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social.” (GOHN, 2000, p. 15). Vários autores citam as lutas durante esse período da história.

A maioria das lutas e movimentos no Brasil, no período colonial foram realizadas por negros escravos e pela plebe. Os dois grupos eram considerados os mais pobres e ficavam na base da pirâmide social da época. (GOHN, 2000, p. 15).

As lutas mais importantes registradas até o século XX no Brasil, foram: Zumbi dos Palmares, Inconfidência Mineira, Conspiração dos Alfaiates, Revolução Pernambucana, Balaiada, Revolta dos Malés, Cabanagem, Revolução Praieira, Revolta de Ibicaba, Revolta de Vassouras, Quebra-Quilos, Revolta Muckers, Revolta do Vintém e Canudos. (GOHN, 2000, p. 15).

Gohn (2000, p. 15-16) coloca que no início do século XX, com a República, a situação social mudou, isso porque a mão de obra escrava é substituída pelo trabalho assalariado, e esse trabalho passou a ser feito basicamente por imigrantes. As classes dominantes da época pertenciam às elites agrárias, porém é justamente nesse período que começam a surgir as primeiras indústrias e o trabalho urbano se intensifica. Aqui começam as lutas trabalhistas por melhores condições de trabalho e renda.

As primeiras lutas e reivindicações dos anos 1900 a 1920 eram da população cobrando serviços urbanos ou sendo contrários às políticas locais da época. No ano de 1905 houve a Revolta da Vacina, 1910 a Revolta da Chibata, 1912 a Revolta do Contestado. Houveram ainda várias outras lutas que são menos lembradas na história, mas que foram bem importantes no período. (GOHN, 2000, p. 16).

Em meados dos anos 1920 “surgem várias lutas e movimentos das camadas médias da população urbana e revoltas de militares”. E ainda os movimentos messiânicos e de cangaceiros no sertão do nordeste, em 1926, no Ceará, era liderado pelo padre Cícero e entre 1925 e 1938, na Bahia pelo Lampião. (GOHN, 2000, p. 16).

Gohn (2008, p. 342) pontua que no Brasil e em vários outros países da América Latina entre as décadas de 1970 e 1980 vários movimentos sociais populares acabaram ficando famosos, pois estavam ligados a grupos que se opunham ao regime militar, principalmente os movimentos de base cristã. Entre os anos de 1980 e 1990, com as mudanças políticas, houve uma diminuição das manifestações de rua que davam visibilidade aos movimentos populares. As pressões e demandas organizadas pelos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980 foram extremamente importantes e contribuíram para a conquista de vários direitos sociais que constam na Constituição. O movimento das Diretas Já, “surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte”. (GOHN, 2004, p. 285).

Os movimentos sociais emergentes durante esse período, lutavam contra as formas de organização política que haviam se estabelecido no país nessa época.

Na década de 1990 os movimentos que mais se destacaram eram em torno da cidadania coletiva e exclusão social. “A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc.” (GOHN, 2008). Gohn (2008) afirma que várias parcerias entre sociedade civil organizada e poder público surgiram nesse período, uma delas foi o Bolsa Escola. Outro marco importante do período, foi a criação de uma Central dos Movimentos Populares, essa organização fez com que movimentos, como os de luta por moradia atingissem nível nacional, e buscou articular movimentos sociais populares com não populares.

Gohn (2008) diz que conforme as políticas neoliberais se expandiram nessa época, foram surgindo novos movimentos sociais. Entre esses movimentos estavam os que eram contrários às reformas estatais, a Ação da Cidadania Contra a Fome, os movimentos de pessoas desempregadas, de aposentados e também de pensionistas.

Nos anos 1990, o grupo de mulheres que se destaca através de suas lutas contra a discriminação. De acordo com Grossi (2004) antes dos anos 1990 já havia alguns grupos de mulheres que lutavam pelos seus direitos, no entanto, essas mulheres não eram jovens. No entanto, em 1995, verificou-se que mulheres de diferentes gerações juntaram-se ao grupo, jovens com menos de 30 (trinta) anos e senhoras com mais de 60 (sessenta) anos.

Ainda nos anos 1990, o grupo de homossexuais também se destacou e segundo Green (2003, p. 32):

Entre os desafios destas novas organizações, houve mudanças de atitudes sociais sobre a homossexualidade na medida em que construíam alianças e diversas ações estratégicas políticas para conseguir transformações na legislação e nas políticas governamentais. Mais uma vez, assuntos relacionados ao ensaio de atuação, conforme a esquerda latino-americana, foram postos em evidência.

Outros grupos foram importantes durante os anos 1990, como “o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial”. (GOHN, 2011, p. 343) Além dos movimentos citados ainda se destacaram os movimentos culturais organizados por jovens, os indígenas, os funcionários públicos, principalmente os da área da educação e saúde e os grupos ecologistas.

Atualmente, surgem novos tipos de movimentos sociais, pois tudo depende da demanda da sociedade de cada período em que esses movimentos são necessários. No século XXI, “o termo “movimento social” foi reconhecido como um toque de clarim, como um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos.” (TILLY, 2012, p. 135).

De acordo com Gohn (2004), nos dias atuais, os principais movimentos sociais atuam através de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou até mesmo transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. A internet contribui com os movimentos sociais, pois permite uma maior adesão de pessoas que reivindicam algo em comum.

Os movimentos sociais buscam se empoderar por meio de organizações em rede, articulando as iniciativas locais com apoios, formas de comunicação e manifestações mais amplos. Neste mundo da informação em que vivemos, a visibilidade política passa a ser um vetor importante do empoderamento. (WARREN, 2008, p. 16)

Gohn (2011, p. 345) destaca 13 tipos de movimentos sociais que surgem atualmente em nossa sociedade. O primeiro movimento que a autora cita, são os que se preocupam com questões urbanas, inclusão social e a questão da moradia nas cidades. Esse movimento será discutido de forma mais ampla no item seguinte. Os demais grupos citados pela autora que atuam no presente são em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade, movimentos pela questão da saúde, pelas demandas na área do direito, mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego, movimentos ligados a questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas, mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades, movimentos contra as políticas neoliberais, fóruns de mobilização da sociedade civil organizada, movimento das cooperativas populares, mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal e movimentos sociais no setor das comunicações. Alguns movimentos sociais se destacam no Brasil pela luta política e presença, podemos citar o MST e a Via Campesina. E mais recente, os movimentos sociais que lutam contra a discriminação, respeito e por seus direitos, pode-se destacar o movimento negro, além do movimento LGBTQUIA+ e das mulheres.

Segundo Gohn (2004) os movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão, eles representam forças sociais organizadas na sociedade.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Os movimentos sociais urbanos no Brasil, começaram a ganhar força entre os anos 1970 e 1980. Kowarick (1986, p. 4) destaca que, “uma característica básica das lutas sociais e políticas levadas adiante pelas classes populares urbanas estaria na sua oposição radical ao Estado”. Segundo Souza e Machado (2001, p. 16) “nos fins da década de 70 e início de 80, as cidades brasileiras foram tomadas por diversos movimentos sociais que expressavam a luta política dos cidadãos contestando o domínio do governo dos militares, instituído em 1964 com o golpe”.

Diante desse fato as cidades sofreram modificações por meio das diferentes reivindicações que eram feitas pelos movimentos sociais da época.

Em 1979, segundo Kowarick, (1986, p. 1) um grupo de trabalho foi de extrema importância, para que se realizassem mais pesquisas e estudos a respeito dos movimentos sociais urbanos. "Sobre Lutas Urbanas, Estado e Cidadania no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa em Pós Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS". (KOWARICK, p. 1). Esse era o nome do grupo que colaborou com os estudos da temática da época.

Souza e Machado (2001, p. 16) destaca que “entre os trabalhadores urbanos surgiram as lutas por instabilidade no emprego, salários melhores e mais justos, direito à greve e a organização sindical autônoma, segurança no trabalho etc”. As lutas trabalhistas da época foram extremamente importantes para que se conseguisse condições melhores para os trabalhadores, e que implicam na sociedade até nos dias de hoje. Segundo Souza e Machado (2001, p. 17) as lutas desses trabalhadores por direitos básicos, resultaram em mudanças no país e essas transformações atuaram sobre a organização política do país.

Segundo Gohn (2004, p.273) os movimentos urbanos foram novidade na América Latina nos últimos anos, e portanto, se apresentaram de forma bastante expressiva na sociedade.

No Brasil, em pouco tempo foram criadas várias pesquisas a respeito do tema movimentos sociais, entre elas destacam-se: Jacobi (1980 e 1989), Torres Ribeiro e Machado da Silva (1984), Cardoso (1983, 1994), Kowarick (1987). (GOHN, p. 274).

Atualmente, no Brasil, existem diversos eixos temáticos que envolvem os movimentos sociais, mas os que são importantes para esta pesquisa, se referem aos movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Gohn (2011, p. 345) apresenta três exemplos de movimentos urbanos. O primeiro são os movimentos pela moradia, “expresso em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro-esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano”. Esses grupos participam da elaboração de políticas públicas que trazem benefícios para a questão da moradia nas cidades. O segundo movimento que a autora destaca são aqueles movimentos e ações de grupos contra a violência na área urbana e demandas pela paz. O terceiro movimento em destaque através desse eixo temático, diz respeito às questões de recuperação de estruturas ambientais,

físico-espaciais, equipamentos e serviços coletivos e ainda aqueles atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços. (GOHN, 2011, p. 345).

2.3 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

As primeiras reflexões sobre os movimentos socioterritoriais tiveram início na segunda metade da década de 1990 e teve como resultado a produção de um artigo pelo autor Bernardo Mançano Fernandes. (FERNANDES, 2005, p. 1).

A discussão produzida por Fernandes a respeito de movimentos socioterritoriais, começa por meio de que não se pode separar “sujeito-espaco de modo a compreender que a forma do movimento pode ser melhor compreendida quando associada à produção espacial e territorial”. (FERNANDES, 2013, p. 62). As relações sociais produzem os diferentes territórios e então determinam seus usos, diante do que propõe o autor é possível compreender as relações estabelecidas pelo movimento social FNL e o território que é a Ocupação Ericson John Duarte.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma multiterritorialidade. (FERNANDES, 2005, p.2)

Um movimento socioterritorial segundo Fernandes (2013, p. 63) pode ser definido como “aqueles que têm como razão de sua existência a luta, criação e manutenção de um ou mais territórios, ou de frações do território”. Ainda de acordo com o autor “movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo”. (FERNANDES, 2008). A luta pelo território da Ocupação Ericson John Duarte organizada pelo movimento FNL, é um exemplo de movimentos socioterritoriais, onde o movimento FNL tinha como objetivo a conquista daquele território. Segundo o autor, o movimento socioterritorial não deve ser confundido com o movimento socioespacial. Os movimentos socioespaciais são “aqueles que lutam por um espaço político, uma reivindicação, uma relação social, direito ou reconhecimento, como por exemplo o Movimento Passe Livre, os movimentos gays, os movimentos negros, movimentos de mulheres”. (FERNANDES, 2013, p. 63). Os dois tipos de movimentos podem estar presentes em algumas situações, onde se pretende lutar por um território e ao mesmo tempo se tem a luta por um direito.

Na década de 1980 já haviam estudos a respeito das ações de movimentos sociais, no entanto, essas discussões eram feitas em outras áreas de ensino, como na sociologia. Então foi possível perceber a necessidade de realizar discussões a respeito da temática na Geografia, além de contribuir com os estudos na área. Na sociologia, por exemplo, a preocupação era “com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos”. (FERNANDES, 2005, p.2). No entanto, essas discussões não eram suficientes para compreender a produção de espaços e territórios.

Para se realizar uma análise geográfica dos movimentos, além de se preocupar com as formas, ações e relações, é necessário que se compreenda a produção desses espaços por meio dos movimentos. Como a ação desses movimentos produzem espaços na sociedade.

Fernandes (2013, p. 20) dá alguns exemplos de movimentos socioterritoriais, entre eles o “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações da Via Campesina vêm realizando”. Outro exemplo de movimento socioterritorial que pode ser citado através dessa pesquisa é o Movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, que é um dos protagonistas da presente pesquisa, suas ações produziram o território da Ocupação Ericsson John Duarte, diante disso destaca-se a importância do movimento diante da luta pela terra. Dificilmente os moradores conquistariam aquele local sem a ação do movimento, pois apesar de ser uma tarefa complicada, o movimento possui muita força frente a sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo aborda a atuação da FNL no município de Ponta Grossa, portanto fez-se necessário o uso da cartilha do movimento, disponibilizada por Leandro Dias, coordenador do PSOL no Paraná e coordenador da ocupação FNL em Ponta Grossa. Ainda no capítulo, serão apresentados os resultados das entrevistas e trabalhos de campo que foram feitos na ocupação.

A presente pesquisa, teve início com a escolha do tema, como tratava-se de algo recente não haviam muitos trabalhos que discutiam a respeito. A necessidade de se discutir a respeito foi para mostrar a importância de um movimento social e como funciona o processo de territorialização de uma ocupação.

Após a escolha do tema, realizou-se a revisão bibliográfica de autores que discutiam o processo de formação do município, para então chegar na área ocupada pelo movimento FNL no Bairro Neves. A discussão a respeito das políticas públicas habitacionais do município, foram fundamentais para compreender que a falha ou falta dessas políticas acaba deixando as famílias mais pobres sem alternativa, muitas vezes tendo de morar em áreas de invasões, próximas a nascentes ou então recorrendo a ocupações, como é o caso desta pesquisa. Diante desses fatos, se discutiu o conceito de território, pois o tema era fundamental para a realização da discussão seguinte.

O conceito de território foi discutido para introduzir o segundo capítulo a respeito dos movimentos sociais. Os movimentos sociais não poderiam deixar de ser mencionados, porque para que a área do Bairro Neves fosse ocupada a ação do movimento FNL foi fundamental e sem essa interferência os moradores não estariam no local. Logo mais realizou-se uma breve discussão sobre os movimentos urbanos, visto que, a FNL se encaixa na temática, pois compreende um movimento urbano que luta por moradia. O segundo capítulo se encerra discutindo os movimentos socioterritoriais, que são aqueles que lutam por território.

Toda essa discussão fez-se necessária para que fosse possível chegar aos resultados da pesquisa.

Diante disso, foram apresentados os resultados da pesquisa realizada na Ocupação Ericson John Duarte no município de Ponta Grossa - PR, que foi organizada pelo movimento FNL.

3.1 HISTÓRICO FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE

O movimento FNL foi fundado entre os dias 29 a 31 de janeiro de 2014 na cidade de Assis, no estado de São Paulo. Durante esses dias a FNL reuniu vários outros movimentos sociais e entidades sindicais de outros estados brasileiros, a fim de que fossem tomadas decisões a respeito da defesa de interesses de classes contra o Estado, que está a servir a burguesia e do latifúndio agentes do capital internacional.

Ao lado da FNL, "estão as classes operárias, assim como aqueles que lutam pela transformação da sociedade, em busca de igualdade e justiça" (FNL, 2014).

Segundo a cartilha do movimento, eles apresentam a entidade como sendo:

[...] uma organização social e política formada por trabalhadoras e trabalhadores do campo e cidade que luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança da estrutura da sociedade que vivemos, onde a propriedade dos meios de produção, especialmente a terra, está nas mãos de alguns parasitas que acumularam riquezas graças a escravidão e a cruel exploração daqueles que detêm os meios de produção industriais. Na atual fase imperialista do capitalismo, o sistema financeiro, os bancos, controlam as terras e indústrias em nível mundial e menos de 1% da população do planeta detém mais de 90% da riqueza no mundo. (FNL, 2014).

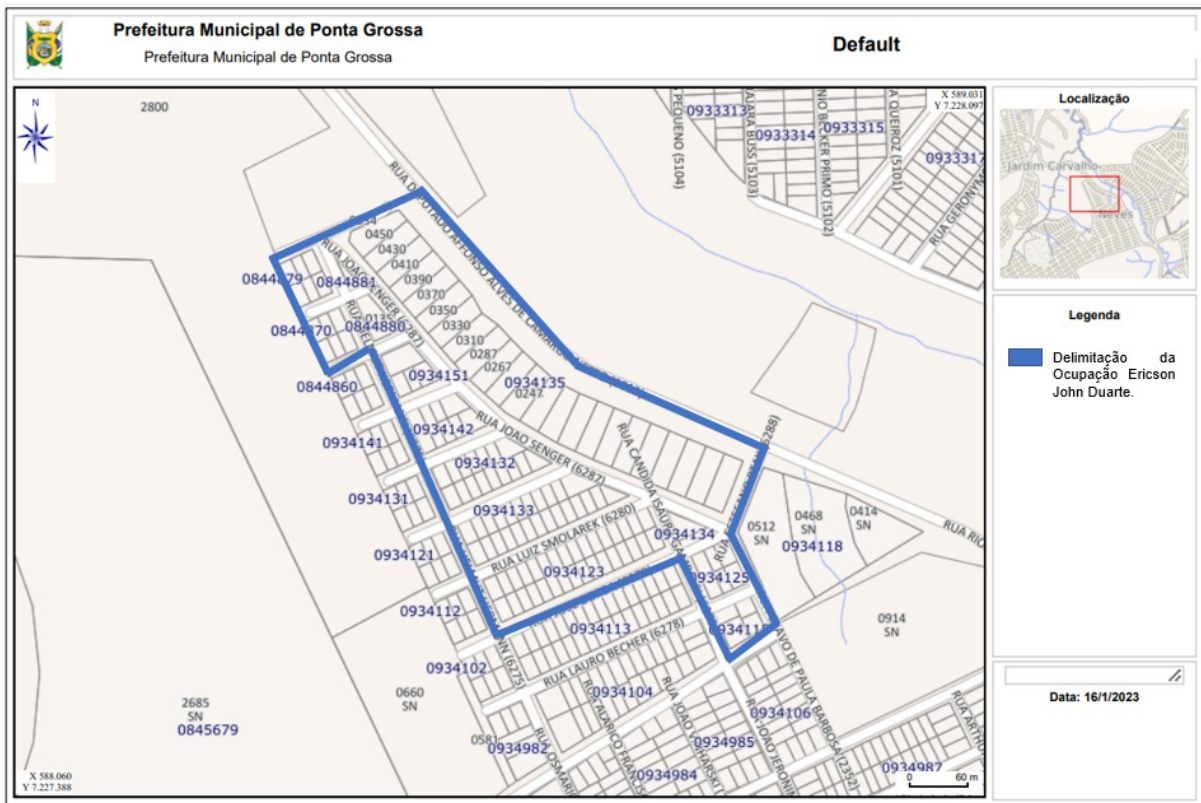
3.2 LOCALIZAÇÃO E INÍCIO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO EM PONTA GROSSA

A Ocupação Ericson John Duarte, teve início no dia 04 de dezembro de 2021 e conforme informado pela coordenação de início eram em torno de 60 famílias, a ocupação se encontra no local até a data de publicação desta pesquisa. Localizada no Parque das Andorinhas no Bairro Neves, como pode ser observado na figura 3. No local, segundo o que informou a coordenação do movimento, atualmente, estão instaladas em torno de 700 famílias.

Foram realizadas entrevistas na ocupação e vários relatos de moradores foram sendo coletados a respeito do primeiro dia na ocupação. Uma entrevistada respondeu que, “participou desde o momento da ocupação e ficou com medo da ação da polícia, disse ainda ter sofrido muito neste dia, pois ficou em um barraco de lona e ventava muito e um professor da UEPG a ajudou, segurando o barraco para que ela ficasse lá com os filhos.”

A comunicação interna entre moradores e coordenação é feita por meio de reuniões, assembleias e ainda através de um grupo de WhatsApp, segundo o que foi repassado pelos próprios moradores.

Figura 3 - Localização da Ocupação Ericson John Duarte no município de Ponta Grossa - PR



Fonte: Prefeitura de Ponta Grossa

3.3 ORGANIZAÇÃO E ESCOLHA DO LOCAL DA OCUPAÇÃO

Lelis, (2016) sugere uma diferenciação entre ocupação, invasões e favelas. Esses termos muitas vezes são confundidos, principalmente na mídia quando se divulga uma notícia envolvendo um desses temas. Para Lelis (2016) uma invasão corresponde "a uma tomada hostil, injusta e violenta daquilo que é do outro". E uma ocupação "remete ao ato pacífico de dar destino a algo que está sem uso, [...]". (LELIS, 2016, p. 438). A Ericson John Duarte se encaixa no conceito de ocupação, porque no terreno onde eles se instalaram no Bairro Neves, era de posse da PROLAR e seria destinado a construção de moradias populares para aqueles que aguardavam, no entanto, com a extinção da PROLAR o terreno estava sem uso e não estava cumprindo função social. A autora ainda propõe a diferença entre uma ocupação e uma favela. De acordo com Lelis (2016, p. 438) "as favelas surgem de forma espontânea", vão sendo construídas em áreas mais afastadas, sem infraestrutura e quando se percebe várias famílias se instalam, muitas vezes em condições bastante difíceis. E as ocupações como a de Ericson John Duarte passam por um processo de organização antes da conquista do local de fato. Ela pode ser

organizada por meio de um movimento como a FNL. Depois que aquele espaço vem a ser ocupado, ele adquire a forma de território, pois o espaço passou a ser apropriado.

Durante a pandemia de Covid-19 não faltaram relatos e reportagens que mostravam como determinados grupos populacionais vivenciaram este período com mais dificuldades do que outros. O desemprego, a fome, bem como as dificuldades de acesso a máscaras, álcool gel e até água atingiram fortemente comunidades vulnerabilizadas. (FIOCRUZ, 2022).

A pandemia da Covid-19, foi um dos fatores que contribuíram para o aumento da desigualdade social no país. Mesmo com a implantação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE) destinado às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Além da pandemia, outro motivo apontado durante as entrevistas pelos moradores e pela coordenação, para a ocupação da área, seria devido a lei que extinguiu a PROLAR. A lei de N° 14.229 de 05 de maio de 2022. Durante as entrevistas realizadas na ocupação, muitos moradores relataram que aguardavam por uma habitação na lista da PROLAR a mais de 10 anos. O terreno ocupado pertence à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e havia sido reservado para a construção de moradias para as pessoas cadastradas no programa. Porém, o terreno estava abandonado há anos, sem manutenção e sem previsão de construção de habitação popular.

3.3.1 Escolha do nome da ocupação

A escolha do nome da ocupação, foi devido a uma homenagem feita a um jovem trabalhador negro, que morreu no dia 08 de abril de 2021 vítima da Covid-19, como muitos outros brasileiros que tiveram suas vidas ceifadas por conta da doença. Ericson foi obrigado a trabalhar com a Van, durante o período de quarentena, se contaminou e não resistiu. O jovem era amigo de alguns representantes da FNL segundo o relato do coordenador. (FNL-PG, 2022).

3.3.2 Registros da visita de campo

O local registrado na figura 4 é onde são feitas reuniões, encontros, comícios, assembleias e festas. O movimento também recebe doações de roupas, calçados, alimentos e brinquedos que são distribuídos no local para os moradores. Para que a sede da ocupação fosse feita o movimento recebeu doações de materiais de construção e contou com ajuda comunitária para concluir a obra.

As ocupações são expressões da luta das classes subalternas pelo direito à moradia. A questão da moradia é uma necessidade básica humana que existe desde o início de sua existência, sendo uma representação de abrigo, lugar de cuidado e onde acontecem as relações íntimas humanas. Ou seja, um lugar de proteção. (MUNHOZ, p. 2015).

As doações de alimentos, produtos de higiene, podem ser feitas durante todo o ano. No entanto, em datas comemorativas, como no dia das crianças ou Natal, esses pedidos são reforçados nas redes sociais do movimento FNL.

Figura 4 - Sede da ocupação



Autor: Lichtenberg (2023)

Sempre são realizadas festas na ocupação com as doações recebidas, principalmente em datas comemorativas, como no natal e dia das crianças. Os coordenadores da ocupação com a ajuda de doações, organizaram uma festa realizada no dia 11 de dezembro de 2022, a festa foi realizada em comemoração ao um ano da Ocupação Ericson John Duarte.

Figura 5 - Problemas sanitários na ocupação



Autor: Lichtenberg (2023)

Os moradores entrevistados relataram que um dos maiores problemas da ocupação é a questão sanitária. O local ainda não possui rede de esgoto e os canos de água da pia e banheiro, na maioria das vezes, são soltos a céu aberto, como mostra a figura 5. Houveram moradores que informaram durante a entrevista possuir fossas rudimentares em seus terrenos.

A água na ocupação ainda não foi totalmente regularizada pela Sanepar, segundo o que os moradores informaram é que a maioria das moradias possui gato de água.

Até o momento dos trabalhos de campo os moradores não tinham uma resposta da Sanepar referente a ligação correta da água.

Figura 6 - Esgoto a céu aberto



Autor: Lichtenberg (2023)

Figura 7 - Moradia com bandeira do movimento FNL



Autor: Lichtenberg (2023)

A figura 7 mostra a casa de um dos coordenadores da ocupação com a bandeira do movimento FNL hasteada. Em entrevista, os coordenadores

mencionaram que sua residência era um dos locais que recebiam as doações vindas para a ocupação.

Figura 8 - Problemas da ocupação em dias chuvosos



Autor: Lichtenberg (2023)

Uma outra situação destacada no decorrer das entrevistas foi a falta de pavimentação. Os moradores informaram que em dias de chuva a situação fica bem difícil, como mostra na figura 8.

O local registrado na figura 9, é onde um veículo ficou atolado durante um trabalho de campo, segundo os moradores muitos motoristas de aplicativo passam pela ocupação em dias de chuva e reclamam da situação do local.

Figura 9 - Local onde carro ficou atolado



Durante as entrevistas vários moradores relataram não possuir banheiro em suas residências, são poucos os que possuem. Alguns utilizam o banheiro comunitário identificado na figura 10 ou ainda então utilizam as chamadas “patentes”.

O banheiro da ocupação pode ser utilizado por todos os moradores, no entanto, como a área da ocupação é bem grande, alguns moradores relataram não conseguir utilizá-lo a noite, pois não se sentem seguros.

Figura 10 - Banheiro comunitário da ocupação



Autor: Lichtenberg (2023)

A ocupação ainda não possui coleta de resíduos sólidos, portanto foi instalado um contentor pela PGA (Ponta Grossa Ambiental) , como mostrado na figura 11, para que os moradores pudessem estar levando até esse local seus resíduos e posteriormente o caminhão da coleta passaria recolhendo. No entanto, algumas residências ficam longe do local de instalação do contentor e para poupar tempo acabam queimando seus resíduos no próprio terreno.

Mas, de acordo com o Decreto N°14.085, de 20 de fevereiro de 2018, “a queima de resíduos sólidos, líquidos ou rejeitos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para a atividade;” está sujeita a multa.

Figura 11 - Contentor para coleta de resíduos sólidos



3.4 ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas na Ocupação Ericson John Duarte no Bairro Neves, entre os dias 04 (quatro) de outubro e 08 (oito) de novembro de 2022. Foram em torno de 28 entrevistas distribuídas pela ocupação.

Para a coleta de dados na ocupação, utilizou-se um questionário semiestruturado, onde parte das perguntas eram abertas e parte fechadas. O questionário aplicado entre os moradores, possuía 15 perguntas e para os coordenadores 9 perguntas.

Questionário aplicado em moradores e coordenadores da ocupação:

- 1)Sexo
- 2)Idade (caso queira falar)
- 3)Naturalidade
- 4)Moradia antes da ocupação(aluguel, casa cedida)
- 5)Profissão
- 6)Quantas pessoas moram na residência?

- 7) Recebe algum benefício? (exemplo: Auxílio Brasil)
- 8) Quando chegou na ocupação?
- 9) Como você conheceu a FNL? O que te levou a vir para a ocupação?
- 10) Você participou do momento da ocupação? Como foi? O que você viu, o que sentiu, o que achou?
- 11) Conte-me um pouco sobre o dia-a-dia da ocupação. Complemento: (O que você considera mais interessante na ocupação? - Como ocorre a construção das casas?)
- 12) Quais foram as maiores motivações para você decidir participar da Ocupação?
- 13) Houve alguma mudança no seu pensamento depois de conhecer o movimento? Complementos: Existia algum preconceito? Você aprendeu algo de diferente depois de entrar no movimento?
- 14) Quais os pontos positivos e negativos da ocupação? Complementos: Do que você gosta, do que você não gosta, o que você acha que é preciso melhorar?
- 15) Para você o que é o direito à moradia digna? Por que você luta por moradia?

Coordenadores

- 1) Nome, idade, naturalidade, profissão?
- 2) Como ocorreu o seu contato com a FNL? Em que época?
- 3) Quando surge a FNL no Brasil, me conte um pouco da sua história. Complemento: (Como ocorreu a sua expansão nacional?)
- 4) Como ocorreu a sua vinda para Ponta Grossa?
- 5) De acordo com a sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento? Complemento: (Existiram dificuldades para a vinda da FNL para Ponta Grossa?)
- 6) Como foi a escolha da área ocupada?
- 7) Quantas pessoas ocupam a área atualmente?
- 8) Número de casas
- 9) Como as casas foram sendo instaladas?

(BARDIN, 1977).

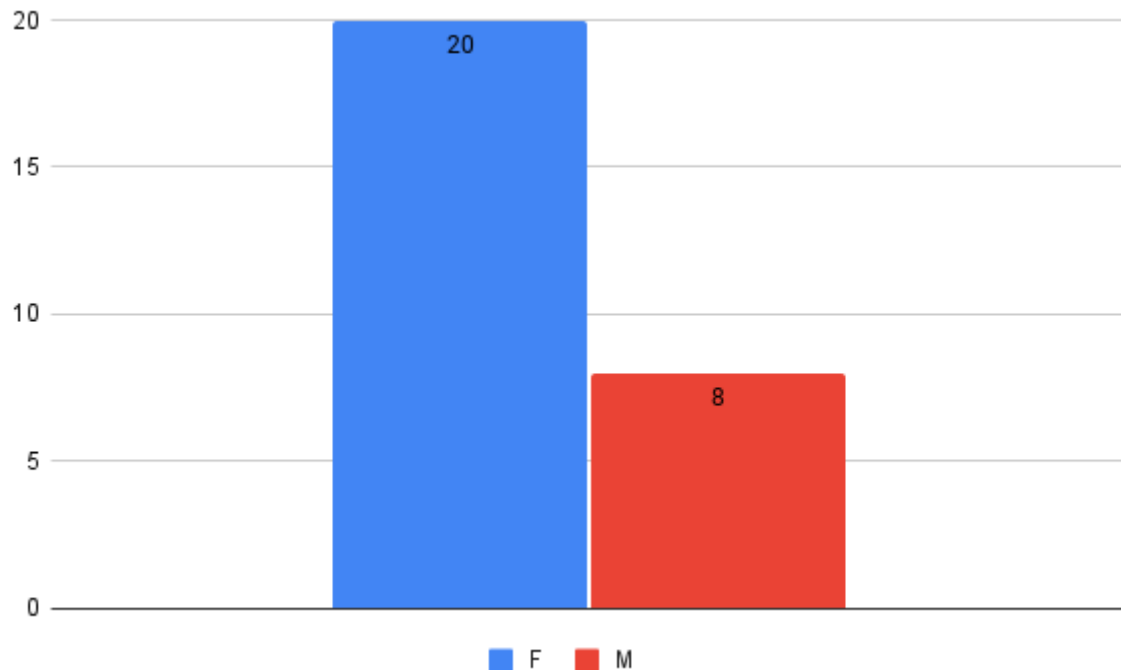
RESULTADO DAS ENTREVISTAS

Para a pergunta relacionada ao gênero, dos entrevistados que responderam, 71,42% se declararam pertencentes ao gênero feminino e 28,57% se declararam pertencentes ao masculino. Segundo o que foi informado pelos entrevistados, a explicação para essa questão das mulheres serem a maioria na ocupação, seria que a justiça determinou o congelamento das residências que já estavam instaladas na

ocupação e que o cadastro preferencialmente deveria ser feito em nome de mulheres.

O gráfico 1 corresponde ao número de moradores que se declararam do gênero masculino ou feminino.

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados



Fonte: de autoria própria

Como mostra o gráfico 2, a idade dos moradores também foi levada em conta através desta pesquisa. Dos moradores e coordenadores entrevistados, em torno de 64,28% responderam ter mais de 30 (trinta) anos de idade e 35,71% responderam ter menos de 30 (trinta) anos.

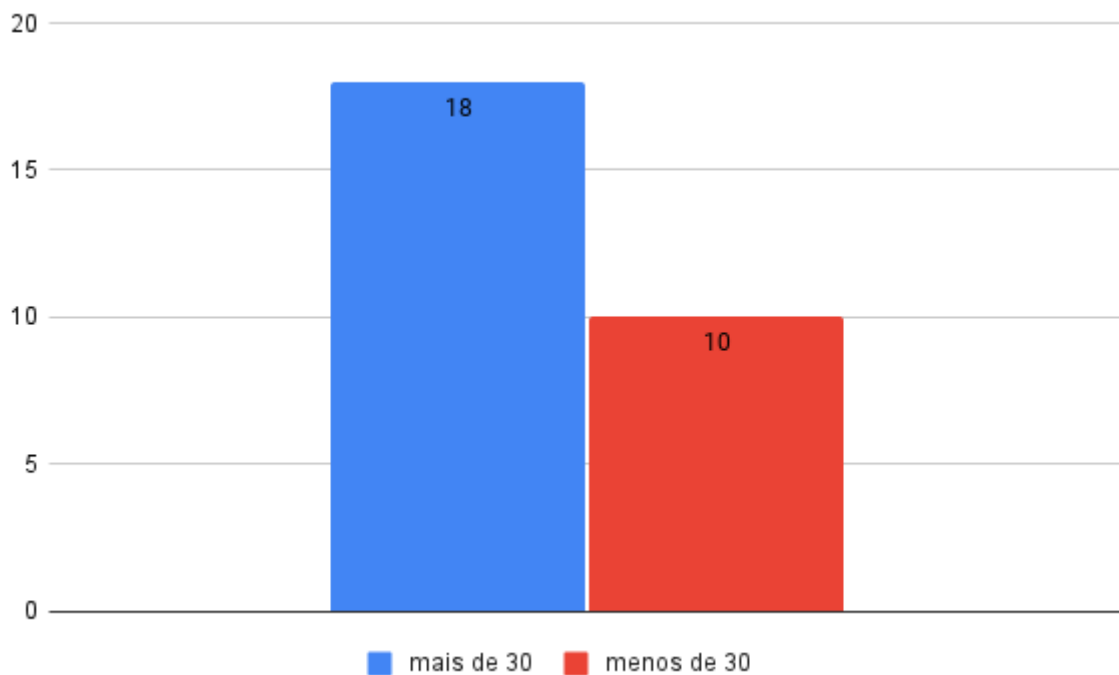
Segundo um estudo de Matias e Nascimento (2005, p. 327),

“Em sua maioria, a população moradora das ocupações caracteriza-se como sendo majoritariamente jovem e com baixo nível escolar. Aqueles que estão empregados - em sua maioria, os homens chefes de família - exercem, via de regra, as atividades pouco remuneradas pelo capital e que exigem pouca ou nenhuma especialização - como servente de pedreiro, empregadas domésticas - sendo muitos desses trabalhos, inclusive, de natureza temporária (“bicos”);”.

O resultado da pesquisa na Ocupação Ericson John Duarte apontou que, a maioria dos moradores entrevistados possuem mais de 30 anos. E dos 28

entrevistados, 10 possuem menos de 30 anos. De acordo com a amostra coletada, a minoria dos entrevistados são jovens.

Gráfico 2 - Idade dos entrevistados



Fonte: de autoria própria

Referente a ocupação dos entrevistados, o resultado da entrevista apontou que, a maioria desses moradores possuem sim uma ocupação. Grande parte das profissões que foram indicadas, correspondem ao mercado de trabalho informal, como autônomo, barbeiro, cabeleireira, diarista, motorista de aplicativo e reciclagem. Dos 28 entrevistados, somente 7 responderam não possuir ocupação. A queixa feita pela maioria dos entrevistados foi que, durante a pandemia, a renda diminuiu e os gastos aumentaram, pois os filhos acabaram ficando sem aula e a alimentação passou a ser feita somente em casa. Com isso, o dinheiro gasto com aluguel passou a ser utilizado para tentar garantir a alimentação, no entanto, muitos relataram ter

passado fome durante este período. Segundo Freitas e Pena (2020, p.38), a situação de muitas famílias brasileiras, foi a seguinte durante a pandemia, “em condições de extrema vulnerabilidade encontram-se os famintos (sendo os negros os mais atingidos).” Durante a entrevista, uma moradora relatou ter enfrentado uma situação bastante difícil durante a pandemia, ela informou ter 4 crianças e que precisou de ajuda com alimentação nesse período, que teve um dia que não tinha nem açúcar em casa para adoçar o café para servir aos seus filhos. Informar também que sentiu bastante dificuldade em receber uma cesta básica pela prefeitura.

Quadro 1 - Ocupação dos entrevistados

Questão referente à ocupação dos moradores	
Ocupação	Nº de pessoas
Aposentado(a)	2
Artesanato	1
Autônomo	1
Auxiliar de produção	1
Barbeiro	1
Cabeleireira	1
Comércio	2
Cuidadora de Idosos	1
Diarista	3
Motorista de App	1
Pedreiro	2
Reciclagem	4
Sem ocupação	7
Zeladora	1

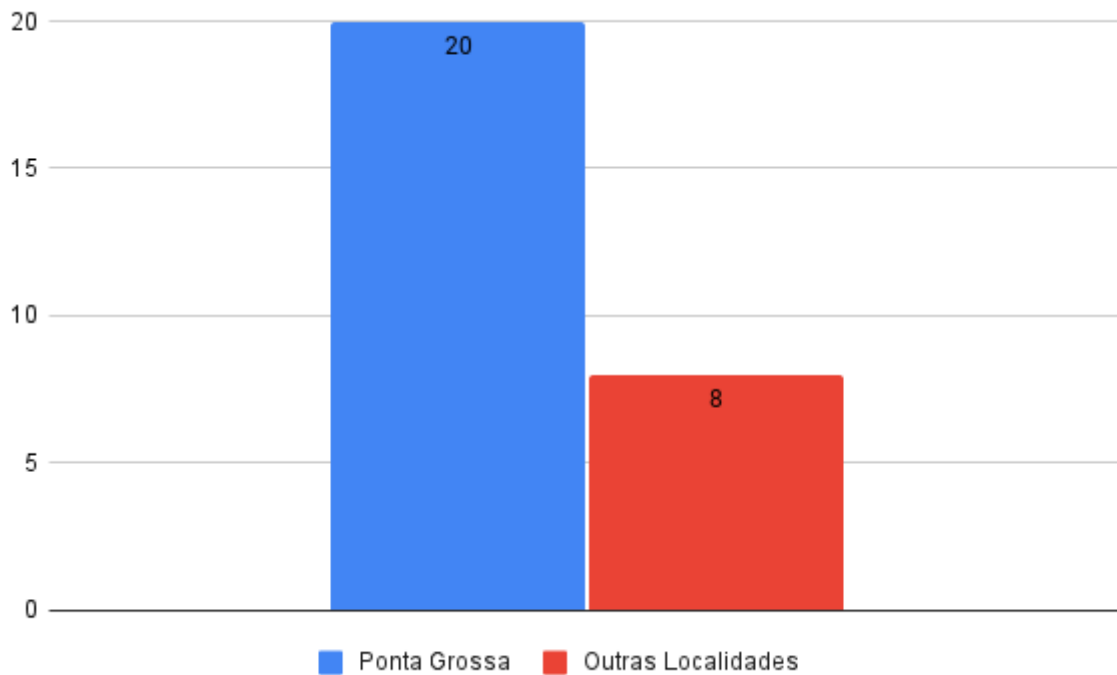
A respeito da naturalidade, dos 28 que responderam, 20 informaram ter nascido em Ponta Grossa e 8 responderam ser de outras localidades, conforme indicado no gráfico 3. Um entrevistado relatou ter vindo da Venezuela, após a crise enfrentada no país. Ele também falou que trabalha como autônomo em Ponta

Grossa, mas que o salário era pouco para se manter, pois boa parte dos gastos mensais era com o aluguel.

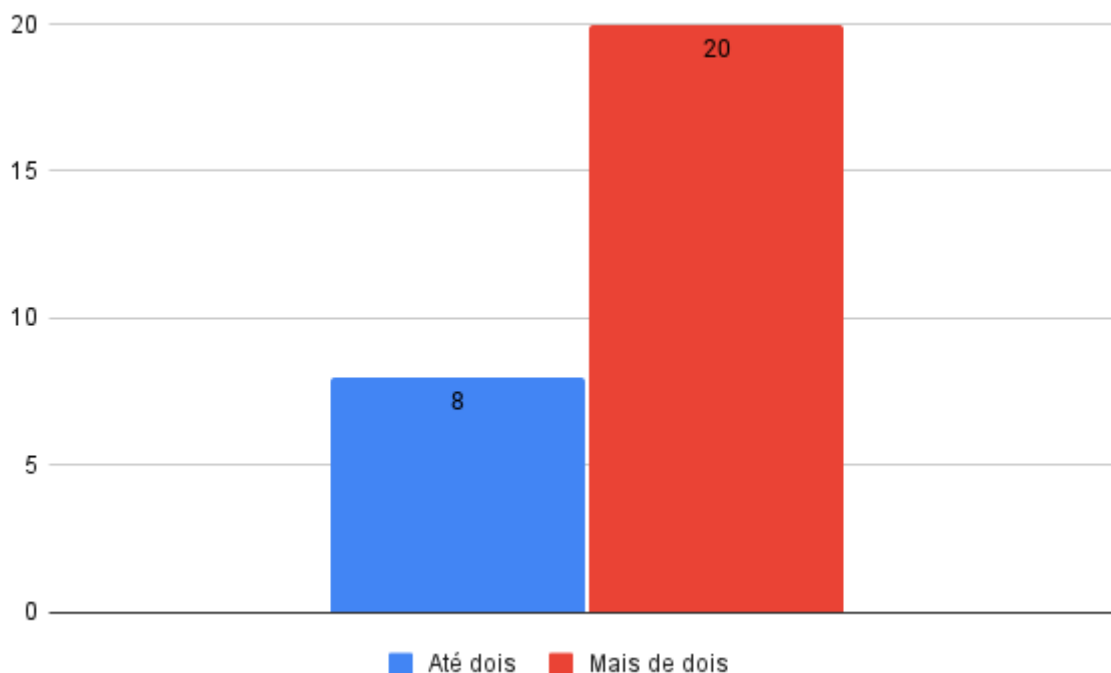
A política brasileira para acolher os refugiados de outros países no território nacional favorece bastante a quem procura recomeçar sua vida no país. A lei do refúgio do Brasil dá direito aos principais documentos para o indivíduo se estabelecer, como carteira de identidade e CPF. Com essa documentação, pode-se procurar empregos em todo o país. A análise do pedido de refúgio leva até um ano para ser feita pelo Conare. (SANTOS E VASCONCELOS, p. 10, 2016).

Conforme exposto por Santos e Vasconcelos, os refugiados acabam vindo para o Brasil acreditando que poderão viver melhor, mas como podemos observar a realidade nem sempre é essa. Muitos não têm oportunidades de empregos ou sofrem com o preconceito.

Gráfico 3 - Naturalidade dos entrevistados



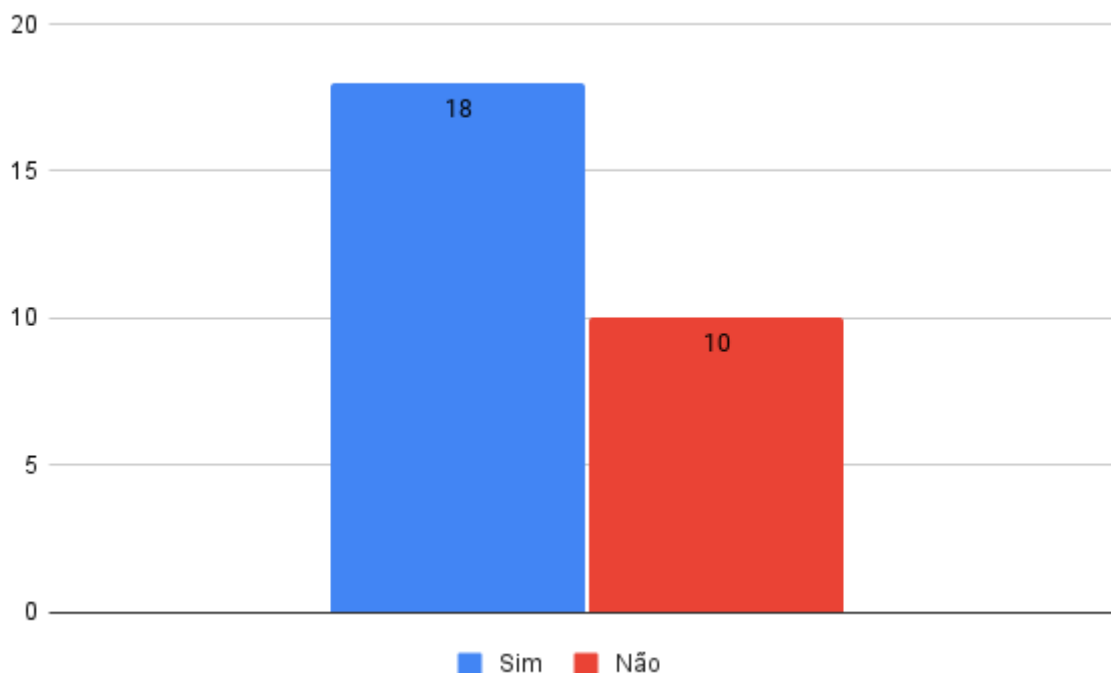
Na pergunta referente ao número de pessoas por moradia, 71,42% dos entrevistados informaram morar em mais de 2 pessoas em uma residência. Um morador afirmou que moravam em 8 pessoas em uma casa bem pequena. Apenas 28,57% dos entrevistados disseram morar em até duas pessoas na residência. O que pode ser observado é que a maioria das famílias são grandes, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Número de moradores por residência

Os moradores ainda foram perguntados a respeito de benefícios recebidos do governo e segundo a amostra coletada, dos 28 entrevistados, cerca de 64,28% recebem algum benefício e 35,71% informaram não receber nenhuma ajuda do governo.

São essas pessoas fragilizadas e em situações de risco de fome, sem remuneração permanente, subempregados, pequenos agricultores, grupos étnicos empobrecidos (quilombolas, indígenas) que deveriam estar recebendo melhores e mais amplos benefícios sociais, tais como: bolsa família, restaurantes populares, alimentação escolar no contexto do direito à segurança alimentar e nutricional. Nesse momento de quarentena, necessitam desses benefícios concomitantemente à ajuda emergencial para resistirem à pandemia de Covid-19. São essas pessoas as que se aglomeram nas filas dos bancos estatais para receberem os recursos do governo federal. (FREITAS E PENA, 2020, p. 38).

De acordo com o estudo realizado por Freitas e Pena (2020), muitas pessoas perderam o emprego na pandemia e passaram a depender de benefícios sociais para garantir a alimentação de suas famílias, como é possível perceber no gráfico 5.

Gráfico 5 - Recebe benefício

Quando os entrevistados foram questionados a respeito da data em que se instalaram na ocupação, dos 28 entrevistados, 14 responderam que chegaram na ocupação no primeiro dia. Um morador relatou que, “Morou em barraco de lona, ele, a esposa e a filha e que sua casa ainda não está terminada por falta de madeira.” Em outro relato do primeiro dia da ocupação, a moradora respondeu que, “Achou o máximo o momento da ocupação, que era algo diferente. Foi difícil, mas emocionante.” É interessante analisar como uma mesma situação pode desencadear reações diferentes dependendo de cada pessoa. Foram diversos os relatos em que as pessoas demonstraram medo, tristeza, sofrimento, pois eles acabaram ficando vários dias em barracos de lona, sem luz e em meio ao mato. No entanto, para algumas pessoas esse dia será lembrado como um dia de luta e emoção. O relato de sentimento de emoção citado acima, foi feito por uma moradora da ocupação, e diante disso podemos destacar a importância das mulheres em meio às lutas. Segundo Alves e Costa (2012, p. 11),

As mulheres que conquistaram sua moradia na luta a fizeram pela necessidade coletiva (da família). A conquista da moradia, a partir da atuação no movimento social, pode ser percebida como uma forma de transpor os limites do espaço doméstico rumo à sua inserção no espaço público.

A respeito do dia a dia na ocupação, a maioria dos moradores respondeu que é um lugar tranquilo. Uma moradora respondeu que “somente nas primeiras

semanas conviveu com a falta de segurança na ocupação, ela morava em um barraco de lona e então conseguiu comprar 900,00 reais em madeira para a construção de sua moradia, no entanto, de um dia para o outro quase toda a madeira comprada foi roubada.” Outra moradora respondeu que “veio de Curitiba e que acha que o dia a dia na ocupação é estressante e não gosta de Ponta Grossa”.

As casas na ocupação ainda se encontram em construção, pois segundo os moradores a UEPG tem um projeto de construção das casas, portanto alguns moradores disseram ter medo de construir e mais tarde essas casas serem destruídas. Segundo os entrevistados, a maioria das casas foram sendo construídas com materiais vindos de doações. Em meio a uma entrevista uma moradora veio até a outra oferecer um vaso sanitário, pois ela já possuía o objeto em sua residência e não via o porquê de deixá-lo guardado sendo que essa senhora estava precisando. Ver isso foi bastante reconfortante, pois em meio a situação difícil enfrentada por todos, alguns moradores conseguem ser solidários uns com os outros. Em seu estudo a respeito da desigualdade e solidariedade, Reis (1995, p.07), diz que,

Na realidade, é possível encontrar exemplos de associação espontânea e colaboração generalizada entre os mais pobres. Inúmeros casos de iniciativas de auto-ajuda, estratégias familiares, tentativas informais de cooperação com vizinhos para a realização de tarefas básicas de sobrevivência ou o cuidado de crianças etc. podem ser mencionados. [...]

Na ocupação foi possível perceber que as pessoas conseguem sim ser solidárias mesmo tendo pouco. Quando um morador precisa sair, os que ficam em casa, cuidam da residência daqueles que não estão.

Em meio às entrevistas, os moradores da ocupação foram perguntados a respeito do movimento FNL. A maioria dos moradores responderam que só conheceram o movimento no momento da ocupação do local. Uma moradora respondeu que, “conheceu a FNL desde o início da ocupação, viu que se tratava de uma instituição séria de luta pelo povo”. Outra moradora diz ter conhecido o pessoal do movimento quando eles começaram a colocar as estacas no terreno. Os moradores ainda responderam a respeito da importância do movimento na ocupação. Segundo um entrevistado, "O movimento FNL não só é importante, como é fundamental". A importância do movimento foi destacada por todos quando perguntados a respeito. Outra entrevistada respondeu que, “acha importante a ação do movimento, pois ajudou muita gente que não conseguia pagar aluguel”.

Os moradores ainda responderam uma questão a respeito dos pontos positivos e negativos da ocupação. Os pontos negativos citados pelos entrevistados foram praticamente os mesmos. Foram pontuados problemas de saneamento, asfalto, falta de ponto de ônibus. No entanto, um morador respondeu que para ele não havia nenhum ponto negativo.

A última pergunta feita aos moradores foi a respeito da luta por moradia digna. Para eles o que seria uma moradia digna. Uma entrevistada respondeu, “Que todos tenham um teto”, para ela só o fato de ter um teto era algo que dignifica uma pessoa. Outra entrevistada respondeu que, “lutar pelo cantinho dela, por um espaço, pois já aguarda a mais de 10 anos na lista da PROLAR”. Várias pessoas responderam que para ser uma moradia digna bastava ter sossego e paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu-se analisar o processo de territorialização da ocupação Ericson John Duarte, organizada pelo movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), no município de Ponta Grossa - PR.

Evidenciou-se o processo de formação do município de Ponta Grossa e do Bairro Neves, local onde ocorreu a ocupação. Foi necessário ainda, a análise das políticas públicas habitacionais no município e como essas ações influenciaram na ocupação da área. É importante destacar que a falta ou falhas das políticas públicas habitacionais fazem com que se tenha um aumento no número de pessoas excluídas nas cidades, como é o caso das inúmeras pessoas que aguardavam por uma habitação na fila da PROLAR.

Outro importante tema tratado na pesquisa é o território, pois o processo que foi destacado é o de territorialização da ocupação. E foi diante da insatisfação de uma parte da população com a falta de políticas públicas habitacionais eficientes no município, que o movimento social FNL se organizou para chamar a atenção do poder público, ocupando a área que era destinada à construção de habitações populares. Muitas pessoas entrevistadas informaram que aguardavam na fila da PROLAR a mais de 10 anos por uma habitação.

Pretendeu-se também fazer um breve histórico sobre os movimentos sociais e como estes são importantes na organização de grupos que lutam por um objetivo, como no caso o movimento FNL, que foi destacado na pesquisa. Muitas pessoas estavam insatisfeitas com as políticas habitacionais do município e foi diante da organização do movimento FNL, que essas pessoas passaram a lutar pelo direito à moradia. O movimento social envolvido, foi fundamental para a conquista de moradia para as tantas famílias que hoje se encontram instaladas na ocupação.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa exploratória, pois trata-se de um estudo de caso da territorialização da Ocupação Ericson John Duarte, e ainda existem poucos trabalhos que tratam do tema, e para isso foram necessárias investigações in loco. Ainda se fez necessário o uso da pesquisa descritiva, pois havia diversos elementos da ocupação que necessitavam de descrição e para isso foram utilizadas imagens do local que foram sendo feitas durante as pesquisas de campo. As pesquisas de campo realizadas na ocupação, foram importantes para a

construção do trabalho, pois além de coletar elementos para construção dos resultados da pesquisa, foi possível saber o ponto de vista desses 28 moradores entrevistados. O intuito das entrevistas também era de fazer com que as pessoas da ocupação fossem ouvidas, pois vemos que muitas vezes a opinião dos mais pobres não é levada em conta.

Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram que o processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte se deu através da insatisfação de parte da população com a precariedade de políticas habitacionais no município. Além da insatisfação com as políticas públicas habitacionais, a PROLAR, companhia que controlava a distribuição destas moradias foi extinta, deixando as pessoas que aguardavam por uma moradia ainda mais preocupadas. O processo de territorialização da área se deu por meio da apropriação, pois antes deste processo o local era apenas um espaço desabitado, e é a partir da organização do movimento FNL que esse espaço é apropriado e enfim se territorializa.

Foi possível perceber durante as entrevistas e visitas de campo que, além das relações que foram estabelecidas com o lugar, foram sendo criadas relações entre os moradores, pois todos os que se encontram instalados na ocupação lutavam por um objetivo em comum, a moradia. E é diante disso que as pessoas acabam se unindo e sendo solidárias umas com as outras. Vários exemplos de ações solidárias foram sendo percebidos durante as visitas de campo, quando os moradores se unem para organizar a sede da ocupação para a realização de festas, quando um morador recebe algo que não precisa ele acaba doando a outro morador que ainda não possui, enfim, são essas pequenas ações que fazem com que as pessoas criem relações entre si e com o lugar. Uma moradora durante uma entrevista, citou que, o que ela mais gostava na ocupação era o fato de ter feito amizades, que isso para ela era o mais importante.

A contribuição deixada através desta pesquisa é que a ocupação passe a ser vista pela população como algo importante, pois trata-se da luta pelo direito à moradia e ainda destacar a importância do movimento FNL, que contribuiu para que essa ação fosse concluída.

A presente pesquisa chega ao fim, mas não com uma conclusão, pois o processo de territorialização da ocupação ainda continua, e são muitos os projetos

envolvendo o local que se encontram em andamento ou até mesmo nem saíram do papel, portanto, surgirão novos estudos e pesquisas relacionados ao tema, que é de fundamental importância para a organização de nossa sociedade, visto que, nos últimos anos, as políticas públicas não vinham sendo suficiente aos mais pobres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Ligia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 20-25, 2020. Disponível em: MARLAS 4(1), 2020, DOI: 10.23870/marlas.313.

ARAGÃO, Thêmis Amorim.; SORAGGI, Ana Carolina Maria; CORRÊA, Filipe Souza. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Cadernos Metrôpole** [online]. 2021, v. 23, n. 52, pp. 1165-1192. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5214>>. Epub 30 Jul 2021. ISSN 2236-9996. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5214>. Acesso em: 06 de abr. 2022.

ALVES, S. A; COSTA, C. L. Resistir na terra: a luta pela moradia camponesa no movimento camponês popular - MCP. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, Uberlândia - Minas Gerais, 15-19 outubro de 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1180_1.pdf. Acesso em: 24 de jan. 2023.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei Nº 14.216, de 7 de outubro de 2021**. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14216.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

DUMS, M. **Análise da conjuntura sociopolítica das ocupações da frente nacional de luta campo e cidade (FNL) em Ponta Grossa - Paraná (PR) de dezembro de 2021 a novembro de 2022**. 2022. 106. p. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

FERNANDES, M. B. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. *Presidente Prudente* : [s.n], 2013 v.1-2.

FERNANDES, M. B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista**

Nera – Ano 8, n. 6 – p. 24-34, 2005. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf?msckid=607fbaa2b86511ec90d0df6ccdb89553>. Acesso em: 08 de abr. 2022.

FNL. Princípios organizativos e formação política. Brasília: FNL, 2020.

FREITAS, M. C. S; PENA, P. G. L. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil, **Tessituras**, v. 8, s. 1, p. 34-40, Jan-Jun, 2020, Pelotas - RS. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903/11448>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para compreensão dos conceitos geográficos. **Revista Terra Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan/jun. 2014.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. 2011, v. 16, n. 47 , p. 333-361. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>>. Epub 10 Out 2011. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: **Loyola**, 4. ed., 2004.

GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cad CRH**. 2008;21(54):p. 439-55. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/rC8Q6M8zdZjJ7kmkVP9vbtK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan-jun. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physics/a/yXk4yJtDmKbyThC5YjCJx8Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

GOMES, Emerson marcos. **Evolução Urbana de Ponta Grossa - PR: uma análise entre as décadas de 1960 e 2000**. 2009. Dissertação (Mestrado em em Geografia, área de Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em:
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93171>. Acesso em: 15 de jun. 2022.

GREEN, J. N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. v. 10, n. n.18/19, p. 19-39, 2003. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=luta+homossexual+nos+anos+1990&btnG=. Acesso em: 14 jan. 2023.

GROSSI, M. P. . Feministas históricas e novas feministas no Brasil. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 285–307, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44157>. Acesso em: 14 jan. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade. **UFRGS.**, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 1, no 3, pp. 38-50, 1987. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_03.pdf. Acesso em: 02 de jan. 2023.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1368/2059>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MEDEIROS, Carla Valéria; MELO, Mário Sérgio. Processos erosivos no espaço urbano de Ponta Grossa. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001.

MUNHOZ, M.R. “**ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO**”: o processo migratório das famílias vinculadas ao Programa Integrado Entrada da Cidade de Porto Alegre/RS”. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/589/1/467150.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

NASCIMENTO, Ederson. **Espaço e desigualdades: mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR)**. 2008.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008. Disponível em:
<https://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/teses/Espaco%20e%20desigualdades%20Ederson.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **RA'E GA.**, 23, Curitiba, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/271062450_Expansao_urbana_e_desigualdade_socioespacial_uma_analise_da_cidade_de_Ponta_Grossa_PR. Acesso em: 15 jun. 2022.

PROLAR. **Prefeitura de Ponta Grossa**, 2023. Disponível em:
<https://habitacao.pontagrossa.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

REIS, E. P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995. Disponível em:
http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_02.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de história regional**, v.5, n.1, p.9 - 36, 2000.

SANTOS, E. R; MONASTIRSKY, L.B. Operário Ferroviário Esporte Clube: patrimônio cultural de Ponta Grossa. **Raega**. p. 52-68, 2012. Disponível em:
<http://www.geografia.ufpr.br/raega/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SANTOS, F. N. Z. P; VASCONCELOS, T. M. Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. **Entre o local e o global**. 2016. Disponível em:
http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em:
https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/238/1/Elizabete_Schimanski.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

SILVA, E. A. et al. Plano de Desenvolvimento Comunitário: Ocupação Ericson John Duarte. Ponta Grossa, 2022.

SOUZA, M. de C; MACHADO, C. A. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo. Editora Loyola. dez, 2001, p. 1-30. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=l0JjLBjXhucC&oi=fnd&pg=PA7&dq=hist%C3%B3rico+movimentos+sociais+no+Brasil+&ots=zPpEaEaws4&sig=UmmZaVrHENAPSGa4kACdDkn591s&redir_esc=y#v=onepage&q=hist%C3%B3rico%20movimentos%20sociais%20no%20Brasil&f=false. Acesso em: 14 jan. 2023.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**. 2012, v. 18, n. 2, pp. 399-426. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>>. Epub 14 Dez 2012. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>. Acesso em: 06 jan.2022.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, 1.ed, São Paulo. **Expressão Popular**. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 368. 2008. Disponível em:

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 133–160, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 19 dez. 2022.

_____. Lei nº 14.229, de 05 de maio de 2022. Extingue a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, mediante incorporação, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas. **Diário Oficial**, 2022b. Disponível em <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2022-05-06-3343.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

_____. Programa Habitacional de Ponta Grossa não entrega novas moradias há quatro anos. **Periódico UEPG**: redação de mídia integrada, Ponta Grossa, 14 de dezembro 2022. Disponível em:
<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/233-eleicoes-2020/1904-programa-habitacional-de-ponta-grossa-nao-entrega-novas-moradias-ha-quatro-anos>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

_____.População Neves, **População**, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: https://populacao.net.br/populacao-neves_ponta-grossa_pr.html. Acesso em: 02 de jan. 2023.

_____.Bairro Neves e a história do caminho das tropas em Ponta Grossa, **DCmais**, Ponta Grossa, 07 de dezembro 2021. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/bairro-neves-e-a-historia-do-caminho-das-tropas-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

_____.Residenciais Costa Rica I, II e III - Rangel reúne todos os setores envolvidos com o empreendimento. **Prefeitura de Ponta Grossa (imprensa)**, Ponta Grossa-PR, 21 de maio de 2015. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://pontagrossa.pr.gov.br/node/25256>. Acesso em: 15 de jan. 2023.

_____.Inciso XXIII - Função Social da Propriedade. **Artigo Quinto**, 15 de outubro de 2019. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-5/funcao-social-da-propriedade/>. Acesso em: 10 de dez. 2022.

_____.Ampliação da área urbana de Ponta Grossa acontece de forma livre e sem planejamento. **Periódicos UEPG**, 14 de novembro de 2018. Recurso eletrônico. Não paginado. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/cidade-cidadania/1219-ampliacao-da-area-urbana-de-ponta-grossa-acontece-de-forma-livre-e-sem-planejamento>. Acesso em: 11 de dez. 2022.

_____. Vídeo: Palestra: Por uma tipologia de territórios (4/6). **PPGEO UEMA**, Maranhão, 27 a 29 de outubro 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hq6YqOaOxFk>. Acesso em: 11 de dez. 2022.

WARREN, S. I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**, v. 07, n. 01, 2008, p. 9-21. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/metricas/investigadores/1213746>. Acesso em: 14 de jan. 2023.